



KELSOMILLER CAMPOS GOMES

FELICIDADE NA ÉTICA A NICÔMACO

LAVRAS – MG

2019



KELSOMILLER CAMPOS GOMES

FELICIDADE NA ÉTICA A NICÔMACO

Monografia apresentada à
Universidade Federal de
Lavras, como parte das
exigências do Curso
Filosofia, para a obtenção
do título de Licenciatura.

Orientador: Professor Dr. André Chagas Ferreira de Souza

LAVRAS – MG

2019



KELSOMILLER CAMPOS GOMES

FELICIDADE NA ÉTICA A NICÔMACO

Monografia apresentada à
Universidade Federal de
Lavras, como parte das
exigências do Curso
Filosofia, para a obtenção
do título de Licenciatura.

Aprovada em 09/07/2019

Professor Dr. Arthur Klik de Lima

Professora Dra. Meline Costa Sousa

Orientador: Professor Dr. André Chagas Ferreira de Souza

LAVRAS – MG

2019

RESUMO

Na *Ética a Nicômaco*, Aristóteles tem o objetivo de fazer uma obra de filosofia prática, em resumo, ele investiga sobre como poderiam se dar as ações consideradas belas e justas e como isso impacta na noção de bem viver ou de felicidade. Assim, a atividade virtuosa prática, com ênfase na ideia de virtude e justiça será o foco principal para o desenvolvimento do estudo aristotélico. Claro que com isso, ele terá de lidar com os vários desdobramentos e aspectos diversos que essa investigação tomará. Curiosamente, dentre eles se destaca justamente o lado teórico de sua *Ética*. Ligado a isso, esse trabalho visa a mostrar o encaminhamento da ética aristotélica em direção à “contemplação da verdade”, ligada à atividade racional, como fundamento da vida feliz.

Dentre as várias as atividades que desempenhamos ao longo da vida, vários também serão os fins. Porém alguns desses fins, que podemos entender como bens, possuem a característica de serem superiores aos outros. Mas existe um bem supremo que é considerado superior a todos os outros, o qual seria o sumo bem. Para tal, ele deve ser fundamentalmente autossuficiente e almejado por si mesmo, e a felicidade seria esse bem. Justamente a ideia de felicidade, sobretudo a ressaltada nos livros I e X, baseada na contemplação da verdade, que será a o objeto desse trabalho.

Palavras-chave: Contemplação. Felicidade. Razão. Bem. Atividades.

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	01
2 - PARTE I	
2.1 - O método	04
2.2 - Ações e atividades, fins e bens.....	08
2.3 - Política	12
2.4 - Tipos de vida e suas finalidades	13
2.5 - As finalidades do homem	17
3 - PARTE II	
3.1 - Felicidade e seus conceitos	22
3.2 - O Argumento da contemplação	26
4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS	32
ANEXO I – Plano de curso	



1 INTRODUÇÃO

A *Ética a Nicômaco* é uma obra de filosofia prática, em que Aristóteles discorre sobre vários aspectos relacionados às ações, com destaque para as atividades virtuosas. Porém o objetivo desse trabalho não é percorrer o caminho das ações virtuosas analisadas no livro. O objetivo maior é entender o fim que segundo Aristóteles em (EN 1094a 20)¹ é desejado “[...]por ele mesmo e tudo o mais é desejado no interesse desse fim; [...]”. Esse fim, que segundo Aristóteles é um bem em si mesmo, seria o sumo bem, ou seja, o bem maior que todo homem poderia alcançar, e o nome dado para esse bem é *eudaimonia*, que pode ser traduzido como felicidade ou bem viver.

Quem explora as obras de Aristóteles sabe bem das extremas dificuldades que o estudo dos textos do Filósofo impõe. Assim, no estudo da *Ética a Nicômaco*, a situação não é diferente, e quando começamos a indagar sobre o que é a felicidade nessa obra, começam a surgir algumas das principais dificuldades. Essas dificuldades, se traduzem nos diversos aspectos ligados às inúmeras vertentes de pensamentos e os rumos diferenciados de teses que a indagação proporciona. O próprio Aristóteles, ao analisar de forma minuciosa as várias possibilidades que o estudo do chamado sumo bem pode apresentar, acaba por evidenciar todas essas dificuldades. Portanto não há aqui o objetivo de estabelecer uma conclusão de forma enfática sobre o que gerou e continua a produzir teses e discussões ao longo de milênios, mas sim destacar a importância do tema da contemplação na obra.

Na *Ética a Nicômaco*, Aristóteles usa vários de seus conceitos já tratados em outras de suas obras, e não há a pretensão neste trabalho de analisá-los comparativamente. O objetivo é tentar estabelecer a natureza da felicidade com base também nesses conceitos, mas tal qual é procurada aquela obra. Com isso, o desfecho que envolve o trabalho depende de uma série de fatores, e o principal deles é a delimitação do campo a ser estudado. Assim, dentro do objetivo de estudar a felicidade é necessário detalhar como ele chega à ideia de bem e o motivo que faz necessário a existência do próprio sumo bem. Esse bem, por todas as características que envolvem nosso mundo sensível só pode ser teórico e formal, em outras palavras, ele não pode delimitar por completo como se alcançaria esse bem, apenas indicar as atividades que o compõem. Isso pode ser observado mesmo quando Aristóteles conceitua, ou tenta definir a

¹ ARISTÓTELES - *Ética a Nicômaco*. Tradução de Leonel Vallandro. São Paulo 1994 – Abril S.A.



felicidade. Assim, esse trabalho se desdobra em vários temas como: as atividades, os estilos de vida, a vida de prazeres, a política e a vida contemplativa, todas elas, a princípio, parecendo indicar serem o estilo de vida mais apropriado a ser chamado de vida feliz, o que levaria ao sumo bem. Mas como já explicitado, o objetivo maior do trabalho, é percorrer alguns passos de Aristóteles que o levam a conceitos mais contundentes a respeito da contemplação.

Ao estudar os estilos de vida e o que leva seu estudo aos detalhes das atividades virtuosas, vemos que Aristóteles pretende fazer uma *Ética* pautada em seu uso prático, ou seja, um estilo de vida que consiste no ato de bem deliberar, para ser praticado e vivido. É o estilo de vida considerado por Aristóteles que traz consigo o ideal de vida virtuosa e conseqüentemente de bem viver. A *Ética a Nicômaco* é quase que inteiramente baseada nessa pretensão e, talvez por isso, a primeira impressão de sua leitura nos leva a considerar que a causa da felicidade é simplesmente a vida como ação virtuosa. Porém, essa vida de modalidade prática, pautada por um estilo de vida virtuoso, leva o estudo a um caminho que, obrigatoriamente, o faz conceituar e delinear a função do homem, que é basicamente a racionalidade. A função humana só pode ser entendida em conformidade a um princípio racional. E isso, por si só, acaba levando ao argumento da atividade contemplativa, que é o ponto no qual este estudo busca se concentrar.

A clássica definição formal do que é a felicidade na *Ética a Nicômaco* mostra bem o tipo de problema com que iremos nos defrontar ao analisar esse texto. “O bem do homem nos aparece como uma atividade da alma em consonância com a virtude, e se há mais de uma virtude, com a melhor e mais completa”. (EN1098a 15) Aristóteles chega a essa definição logo no capítulo 7 do Livro I, e parece que a partir daí vai delinear seus argumentos e suas conclusões sobre o assunto. Digo que parece, pois o próprio Aristóteles não afirma de forma conclusiva que essa seria a definição da felicidade, apenas do bem do homem e como se pode notar, é uma definição mais formal do que concreta. Um pouco mais adiante no capítulo 13, ele já define que o bem do homem é a felicidade e que ela se dá conforme a virtude perfeita. Essas definições nos fornecem possíveis conclusões sobre o assunto, porém essas possibilidades podem também abrir novos leques de investigação.

À primeira vista, parece que Aristóteles começou seu estudo de forma contrária ao comumente adotado por ele, e logo no início de suas investigações, ele estaria apresentado pressupostos mais formais e universalizados para depois mostrar sua sustentação. Curiosamente ele primeiro parece que estaria mostrando a conclusão para depois mostrar as premissas que levaram àquela conclusão ou estaria realizando uma espécie de análise. Mas ao que me parece,



essas definições formais da felicidade, que no primeiro momento parecem conclusões, seriam sim premissas do livro como um todo. Assim ele chega ao livro X, com uma conclusão final não mais ligada à filosofia prática, que é o que se parece pretender no início, mas a uma definição favorável à contemplação. Creio que esses conceitos dados de antemão, para posteriores análises acabam provocando muitas margens para diferentes interpretações. Com isso, pode-se retirar alguns princípios e consequentes interpretações diferenciadas sobre a ética.

Assim, esse trabalho leva em consideração um certo contexto que levaria à atividade da contemplação como principal atividade da razão e, com isso, consequentemente levaria a uma interpretação mais formal do sumo bem. Isso faz com que o trabalho assuma um caráter diferenciado sobre as interpretações que levam em consideração os ideais de atividades práticas virtuosas. Por fim, o que esse trabalho pretende ressaltar é a atividade da contemplação da verdade como a atividade por excelência do homem, elevando, assim, a contemplação a um nível mais significativo dentro desta obra ética aristotélica.



A FELICIDADE NA ÉTICA A NICÔMACO

2 PARTE I

2.1 O método

“É próprio do homem culto buscar a precisão, em cada gênero de coisas, apenas na medida em que a admite na natureza do assunto.” (EN 1094b 25) Creio que essa frase de Aristóteles diz um pouco do que ele mesmo quer buscar na *Ética a Nicômaco*, e em especial com essa afirmação no livro I. Quando ele usa a palavra precisão e aponta que ela deve ser buscada apenas na medida em que diz respeito à natureza do assunto, ele já está se antecipando sobre o problema de se fazer um estudo que envolve, entre outras coisas, as ações humanas e suas qualidades. Isso porque os conceitos que envolvem ações virtuosas existem por convenções e originalmente não são conceitos que poderiam servir de princípios incontestáveis para formar uma base para a ciência. Um exemplo de um princípio incontestável seria o de não contradição. Esse princípio determina basicamente que duas afirmações contraditórias não podem ser verdadeiras ao mesmo tempo e sob as mesmas condições. Mas como as ações belas e justas existem por de certa maneira por convenção, ou seja, são produzidas por causas exteriores a elas, tornam-se difíceis de se precisar considerando sua modalidade.

O mesmo poderia ser dito sobre o desdobramento dos estudos das ações que vamos explorar, incluindo os bens e a própria felicidade. Os bens são muitos e distintos em várias de suas formas, porém a felicidade possui uma característica diferente dos inúmeros bens buscados, ela é o sumo bem, ou seja, um bem que, para Aristóteles, é definido em sua propriedade formal como um bem que é escolhido por si, não em vista de qualquer outro fim, ou seja, como um fim último. A meu ver, é essa característica formal do sumo bem que Aristóteles não pretende retirar, mesmo se considerarmos que ele pretenda fazer uma ética prática e que pretenda mostrar ser possível a sua realização. Assim, uma das dificuldades está justamente em conciliar essa característica mais formal com uma definição prática, talvez mais palpável, do que seria o sumo bem. Com isso, não quero afirmar que exista uma oposição entre o que é formal e prático, até porque ele quer mostrar que é possível ser virtuoso segundo as



práticas apresentadas no livro. Ao seguir os ideais de virtude, o homem poderia vislumbrar a felicidade, porém as ações virtuosas não podem ser medidas como se faz em sua própria lógica.

Ora, as ações belas e justas, que a ciência política investiga, admitem grande variedade e flutuações de opinião, de forma que se pode considerá-las como existindo por convenção apenas e não por natureza. E em torno dos bens há uma flutuação semelhante [...] (EN 1094b 15)

As ações belas e justas, que são consideradas éticas, são meras convenções e esses tipos de ações, determinam os fins, sendo que esses fins, são considerados os bens. Isso, obviamente incluiria também o sumo bem, já que, como é um fim, ele também teria sua base nas ações e atividades, sendo seu princípio de certo modo por convenções. Vê-se, logo de início, que qualquer conceito ou afirmação, seja ele formal ou não, deve ser antes compreendido e com isso, deve-se antes de tudo, procurar definir o que poderia ser um bem e quais as suas propriedades formais, assim como os modos de alcançá-lo. Só que para fazer isso, Aristóteles parte de opiniões do vulgo e de teses anteriores ao assunto estudado. Esse método que ele emprega na *Ética a Nicômaco* é considerado por alguns estudiosos no assunto de *endoxal*. Segundo ZILLIG:

O escopo dos *endoxa* é delimitado como correspondendo às opiniões sustentadas “por todos ou pela maioria ou pelos sábios – ou seja, por todos esses ou pela maioria deles ou pelos mais notáveis e reputados” (*Top.* I 1, 100b21-23). Uma interpretação de grande aceitação para o traço distintivo dessa delimitação extensional dos *endoxa* foi proposta por Jonathan Barnes (1980, p. 498-502). Tomando por base o uso ordinário do adjetivo *endoxos* como qualificativo para o que é de boa reputação, Barnes propôs que se compreendesse *endoxa* como significando “opiniões reputáveis” ou seja, opiniões que estão, de algum modo, associadas à posse de boa reputação.²

Acredito que Aristóteles emprega o método endoxal na *Ética a Nicômaco*, se não em toda, ao menos em partes consideráveis; assim como creio que, ao seguir esse padrão, Aristóteles mostra a importância que todas as opiniões razoáveis possuem para a delimitação mais apropriada de um estudo controverso. Isso mostraria o quanto o tema proposto na *Ética* é complexo e discordante, sendo que, ao que me parece, o ponto de partida mais razoável seria mesmo com esse tipo de procedimento.

Não é função desse trabalho uma análise detalhada sobre o uso e consequências de um possível método endoxal usado na *Ética a Nicômaco*, mas é importante citar como Aristóteles

²ZILLIG (2018), p. 133.



expõem algumas teses e opiniões sobre os assuntos por ele proposto. Uma vez que é examinando “opiniões reputáveis” que ele vai expor as inúmeras divergências que abriram um leque para as várias teses a respeito da ética. Além do mais, todas as exposições e reflexões propostas não só favorecerá um melhor entendimento da cultura grega como indicará caminhos a serem percorridos. Um exemplo disso são todas as investigações feitas por Aristóteles sobre os variados tipos de vida e as reflexões sobre o prazer, juntamente com as argumentações sobre a continuidade³ em suas questões finais.

Esses procedimentos ocorrem tanto com as opiniões conhecidas pelo vulgo quanto as teses consideradas pelos sábios. Ao expor essas opiniões e teses, Aristóteles faz análises de forma bastante metódica e acaba se aprofundando um pouco nas ideias e doutrinas de seus antecessores e contemporâneos para, posteriormente, demonstrar suas próprias análises e conclusões dentro dos objetivos de seu estudo. Assim, ele acaba identificando falhas e esclarecendo ou preenchendo pontos que em sua opinião não estavam devidamente contemplados pelos estudos ou opiniões anteriores. Com isso, ele ignora ou aprimora vários dos pontos de vista e acredito que assim, ele queira mostrar todos os lados que envolvem o tema e, por fim, demonstrar que as opiniões do vulgo e as teses contraditórias não podem ser consideradas verdades absolutas. Lembrando que muitas delas são sobre assuntos governados por convenções. Por fim, o objetivo é analisar todos os argumentos e os aspectos principais de discordância entre as várias opiniões, e não simplesmente apresentar uma tese e consequentemente demonstrar a sua análise. Em resumo, ele trabalha ao mesmo tempo com premissas baseadas em conceitos que exprimem verdades evidentes e sobre opiniões particulares, utilizando-as para alcançar certa universalidade, mas também parte de premissas universais ou lógicas, assim como deduções já demonstradas anteriormente em sua filosofia. Não é uma questão aqui discutir se a *Ética a Nicômaco* é essencialmente dialética ou não ou se a filosofia aristotélica é dialética em sua base, mas apenas confirmar como ele faz uso de uma técnica baseada nas *endoxas*. E assim explicita o próprio Aristóteles no livro VII:

A exemplo do que fizemos em todos os outros casos, passaremos em revista os fatos observados, e após discutir as dificuldades, trataremos de provar, se possível, a verdade de todas as opiniões comuns a respeito desses afetos da mente – ou se não de todas, pelo menos do maior número e das mais autorizadas; porque se refutarmos as objeções e deixarmos inatas as opiniões comuns, teremos provado suficientemente a tese. (*EN* 1145b 5)

³ A felicidade é perfeita e a perfeição não pode ser efêmera.



Ademais, em *EN 1094b15*, já citado acima, quando admite que as ações belas e justas existem por convenção, assim como no assunto que toca os bens, ele deixa claro que partirá de tais premissas. Tal início indica a verdade apenas em linhas gerais, e o filósofo admite que as conclusões serão da mesma natureza. Por isso a complementação do próprio Aristóteles com *EN 1094b25*, citada no início desse capítulo. Ele também mostra uma base do que sustenta a ideia quando afirma a respeito de estabelecer bem os fatos, chamando-os de “coisa primária, ou primeiro princípio” e complementando:

Ora, dos primeiros princípios descobrimos alguns pela indução, outros pela percepção, outros como que por hábitos, e outros ainda de diferentes maneiras. Mas a cada conjunto de princípios devemos investigar da maneira natural e esforçarmos para expressá-los com precisão, pois que eles tem grande influência com o que se segue. (*EN 1098b 5*)

Ele busca, com isso, um princípio para seus estudos, porém admite que pode ser de diferentes maneiras. Assim, seguindo seu método, Aristóteles coloca como base para sua investigação a ideia de causalidade. Com isso, logo ao iniciar o Livro I, Aristóteles já começa definindo que “o bem é aquilo a que todas as coisa tendem”, pois toda ação ou escolha tem como objetivo um bem qualquer, ou seja, tudo que fazemos tem uma finalidade, a qual teria como objetivo um bem. Diante disso, ele tentará buscar, dentro das possibilidades a que se propõe, o bem maior que o ser humano poderia desejar, e para tal é preciso considerar algumas opiniões baseadas não apenas dos sábios, mas também entre as do vulgo.

No início, ele tenta fazer um trabalho mais voltado para uma delimitação do que poderia ser a felicidade, mas já nos mostra de um modo introdutório, como poderíamos alcançá-la. Ele percebe que normalmente o que difere o pensamento das pessoas não é se desejam a felicidade, e sim o que seria essa tal felicidade. Por isso esse estudo de Aristóteles sobre as possibilidades de conhecer a felicidade e quais as maneiras de alcançá-la se torna tão determinante e importante para nossas vidas. Porém, esse trabalho não trata de mostrar como alcançar a felicidade, mas mostrar uma definição mais clara do que seria aquilo que Aristóteles chama de sumo bem. É preciso entender, então, o que seria esse bem para ele ou o que seria “aquilo a que todas as coisas tendem.” (*EN 1094 a*). Dentro dessa colocação será preciso também entender como ele chega à conclusão de que um bem é um fim e porque seria a felicidade o sumo bem. Diante disso, o conceito de bem e o que seria um bem para o homem se tornam fundamentais para entendermos o ponto que Aristóteles quer alcançar. Mas o sumo bem, deve ser inegavelmente aceito como um bem perfeito, pois a perfeição é a principal característica



buscada para identificar o único bem desejável por si mesmo e que não poderia trazer prejuízos a quem o possuísse.

Dessa forma, partindo de opiniões e experiência para se chegar a possíveis respostas às primeiras investigações, pode-se supor que a obra se encaminhará para uma pesquisa puramente ligada às virtudes práticas. Essa ideia se reforça ao estudar as ações e atividades que se relacionam diretamente com os bens. Porém, se o estudo das ações e atividades podem ser traduzidos como sendo práticos, o mesmo não se pode falar dos bens que irão proporcionar um caminho alternativo para o estudo da felicidade.

2.2 Ações e atividades, fins e bens

A definição de bem, é o principal foco do livro I da *Ética a Nicômaco*, e considerando as possibilidades de interpretações sobre o que poderia ser um bem, faz-se necessário um estudo aprofundado na busca de sua ou de suas definição/definições. Essas definições são a base para as argumentações sobre a atividade racional, que será considerada como a atividade própria do homem e, com isso, terá uma função determinante na ideia de contemplação da verdade.

Se o bem é um fim, então deve-se entender onde há início aquilo que leva a essa finalidade. Na prática, nossos atos ou ações indicam o caminho para esse fim, e daí a ideia de causalidade já citada no tópico anterior. Praticamos alguma coisa sempre com um certo tipo de finalidade, e as próprias ações e atividades realizadas nos permitem definir para qual fim desejamos nos encaminhar. Também, como já exposto, se as ações e atividades são impossíveis de se enumerar, existe uma em especial que se sobressai perante as outras. Ela é a atividade própria do homem, a atividade racional, e é decisiva para estabelecer nossas prioridades em busca do bem desejado. Mas para chegar a essa conclusão, Aristóteles procurou responder o que era peculiar ao homem, ou seja, a vida como uma atividade, sendo mais precisamente uma atividade racional.

Aristóteles afirma, com isso, que a função do homem é uma atividade da alma que implica um princípio racional. Assim, ele pôde inferir que todo homem pratica a atividade racional, mas, assim como alguns são melhores em certos tipos de atividades específicas, também ocorrem diferenças na realização da principal função do homem. E quando essa função é bem realizada, ou seja, com a máxima excelência, poder-se-ia alcançar a finalidade dessa



atividade, em outras palavras, poder-se-ia alcançar o “bem do homem”. No caso, não parece poder significar outra coisa, senão a felicidade. Porém, Aristóteles deixa mais uma vez apenas uma definição formal do que seria o sumo bem. “[...] o bem do homem nos aparece como uma atividade racional em consonância com a virtude, e se há mais de uma virtude, com a melhor e mais completa.” (EN1098a 15)

Com essa definição, ele não deixa transparecer claramente o que seria o “bem do homem”. Apenas cita ser uma atividade racional “em consonância com a virtude”. Mas se juntarmos a isso, a colocação de Aristóteles de que a sua obra é voltada para a prática, “Uma vez que a presente investigação não visa ao conhecimento teórico como as outras[...]” (EN 1103b 25-30), podemos nos precipitar na dedução de que a virtude prática, por si só, tal qual é tratada na maior parte do Livro, seria a própria felicidade. Mas essa é uma forma precipitada de dedução. Por isso, é necessário ir mais fundo nos argumentos que se apresentam, percorrendo o caminho traçado e procurando entender melhor sobre atividades e fins.

Na *Metafísica*, Livro I, Capítulo I, Aristóteles define o conhecimento em vários graus sendo: sensação, memória, experiência, arte e ciência. Sensação, memória e experiência, como partes do conhecimento mais primário, sendo que a sensação é própria de todos os animais, mas apenas alguns podem chegar a possuir algum tipo de memória, daí alguns animais conseguem aprender algumas coisas básicas, como por exemplo nos adestramentos. Apenas aos homens é reservada a capacidade de possuir experiência, arte e ciência. Com isso, o conhecimento se inicia na sensação, passando pela a memória, em direção à experiência, arte e ciência, conforme essa ordem. Arte e ciência são os níveis superiores do conhecimento que integram o conhecimento dos universais, sendo a arte um conhecimento prático, a ciência, um conhecimento teórico. Todos esses conhecimentos são dependentes entre si na ordem posta acima, ou seja, para se ter experiência, por exemplo, seria necessário primeiro sensação e memória. Para se ter arte e posteriormente ciência, é necessário a experiência. Experiência e arte não se diferenciam muito em relação à prática, uma vez que os dois conhecimentos visam isso, porém a experiência é uma prática que visa à realização do singular, sem nos revelar o conhecimento das causas, enquanto a arte opera uma prática pelo saber. Ainda em seu Livro 1, Capítulo 1, da *Metafísica*, Aristóteles define a arte como sendo o conhecimento de um único universal, tirado dos casos particulares semelhantes conhecidos pela experiência. Ou como ele define na própria *Ética a Nicômaco* (1140a), em que a arte seria “uma capacidade raciocinada de produzir” o que envolveria o raciocínio correto, mas não a ação propriamente dita. Enquanto a ciência, a filosofia seria o conhecimento das teorias dos princípios e das causas primeiras.



Arte e ciência detêm o conhecimento das causas, possuem o conhecimento das teorias e não são apenas uma aptidão prática como os demais níveis de conhecimento, sendo que isso as faz superiores no campo do conhecimento.

O conhecimento por experiência, a arte e a ciência são atividades, pois possuem uma finalidade bem definida. Isso inclui a contemplação como uma atividade. Enquanto que as ações são nossas escolhas em todos os atos que praticamos, sendo que essas escolhas são justamente a origem das ações, ou, poder-se-ia dizer, a causa eficiente dessas. Mas existe também uma causa das escolhas e sua origem está nos nossos desejos e no raciocínio, que implicam uma finalidade. Ou seja, a escolha que fazemos depende necessariamente da razão e do intelecto.

A origem da ação – sua causa eficiente, não final – é a escolha, e a da escolha é o desejo e o raciocínio com um fim em vista. Eis aí por que a escolha não pode existir nem sem razão e intelecto, nem sem uma disposição moral; pois a boa ação e o seu contrário não podem existir sem uma combinação de intelecto e de caráter (*EN 1139a 30-35*).

Portanto, as ações humanas podem ser traduzidas em atividades, ou seja, creio que podemos entender as atividades como uma espécie de subgrupo das ações. Nesse caso, existem vários tipos, mas como dito, independentemente da ação, o bem seria tudo aquilo a que as coisas tendem. As coisas tendem para algo, no caso um bem, e esse algo seria uma finalidade. As atividades tendem aos seus respectivos fins, sendo que podem ser a própria atividade ou podem ser fins distintos das atividades que o produzem. A atividade da contemplação, como veremos, vai tender para ela mesma, atendendo assim a um dos requisitos do sumo bem.

Refletindo na quantidade de fins que poderíamos imaginar, creio que essa conta chegaria ao infinito. O próprio Aristóteles admite que as opiniões são as mais variadas, e se as ações belas e justas podem variar de acordo com a situação e a opinião de cada um, os bens também seguem o mesmo princípio. Mas, independentemente da quantidade de bens aceitos ou não, o que não se discute é que ele é um fim e ele admite que são dois tipos de fins: a própria atividade e os fins distintos das atividades que os produzem.

Para Aristóteles, os fins que cada indivíduo busca, podem ser diferentes entre si e possuir valores diferentes, de acordo com cada atividade desempenhada e de acordo com cada indivíduo. Mas esses, seriam os fins olhados de um ponto de vista individualizado, ou seja, o que o indivíduo busca como finalidade daquela ação ou atividade realizada por ele. Quando se examina os fins do ponto de vista universalizado, sem levar em conta o indivíduo, em cada arte



ou atividade específica, os fins mudam de característica e podem ser mais precisamente definidos. Com isso, os fins das artes fundamentais, que são as artes que não se subordinam às outras artes consideradas subalternas, são os fins que devem ser priorizados, justamente por serem mais nobres. Aristóteles dá o exemplo de artes como a selaria e a equitação, como artes que têm uma finalidade, mas que seriam inferiores e subordinadas à arte da estratégia de guerra, que tem uma finalidade muito maior e, portanto, um fim mais nobre.

Mas no caso de nosso estudo, a finalidade maior, é entender o fim, que segundo Aristóteles, é desejado “por ele mesmo e tudo o mais é desejado no interesse desse fim...” (EN 1094a 20). Esse fim, que segundo Aristóteles é um bem em si mesmo, seria o sumo bem, ou seja, o bem maior a que todo homem poderia alcançar. Como já dito antes, o nome dado para esse bem é felicidade.

Mas, a felicidade tida como um fim, acaba por gerar as mais diversas conclusões sobre o que ela poderia ser. O próprio Aristóteles admite que as respostas são as mais variadas possíveis; entre elas poderíamos citar as riquezas, prazeres e honrarias. Esses três fins, muito buscados, são os mais aceitos pelo vulgo como finalidade do homem. O fato de eles serem tão diferentes entre si, são um exemplo simples de Aristóteles sobre a diversidade de importância que os fins podem ter. Por causa dessa diversidade que o estudo e conhecimento do sumo bem poderia nos ajudar a alcançar a felicidade mais facilmente, uma vez que conhecendo o caminho e sabendo exatamente onde queremos chegar, a felicidade poderia se tornar mais acessível. Por isso é preciso examinar a felicidade, do ponto de vista de Aristóteles, como a finalidade natural da vida humana, o final buscado entre todos os outros fins.

Se, pois, para as coisas que fazemos existe um fim que desejamos por ele mesmo e tudo o mais é desejado no interesse desse fim; e se é verdade que nem toda coisa desejamos com vistas em outra (porque, então, o processo se repetiria ao infinito, e inútil e vão seria o nosso desejar), evidentemente tal fim será o bem, ou antes, o sumo bem. (EN 1094a 20)

Assim, Aristóteles inicia a sua definição do que seria o bem maior, ou seja, a finalidade última da vida humana. O sumo bem, é aquilo que é desejado por si mesmo e, com isso, Aristóteles argumenta que nossas vidas necessitam de um objetivo final que é a busca pela felicidade como o bem maior. Se ele deixa algum tipo de interrogação ao usar a expressão “... se é verdade que nem toda coisa desejamos com vistas em outra...”, logo em seguida já a desfaz, ao afirmar a inutilidade de um desejar infinito, até porque a felicidade é, no final das contas o que todos desejam, mesmo que esse desejo não seja tão claro para um olhar mais desatento.



Ao afirmar isso, creio que ele está propondo um sentido para nossa existência, baseado no sentimento do desejo de alcançar algo. Porém, se o ato de desejar, for um processo onde não existe, ao menos, a possibilidade de um fim último, ele se repetiria ao infinito e, conseqüentemente, quando não existe a possibilidade real de alcançar um desejo, ele se torna inútil. Por isso, existe aqui um grande esforço para que se delimite o que seria o maior bem que um ser humano poderia alcançar.

Com isso, mesmo que se possa aceitar que existe uma infinidade de ações, atividades e bens, Aristóteles delimita um sumo bem, único e superior a todos os outros. E sendo único, ele também parece possuir características únicas, como ser uma atividade da alma racional e ser desejado por ele mesmo. Essas características serão fundamentais para a definição do próprio sumo bem ao final das investigações.

2.3 Política

Buscando a definição do sumo bem e seguindo os passos de Aristóteles, não há como deixar de investigar a política, pois ela possui um papel fundamental nas definições buscadas. Ela é uma espécie de instrumento e condição para a felicidade conforme almejada pela *Ética a Nicômaco*, pois a felicidade, como veremos, é uma atividade virtuosa e a política, se relaciona de alguma maneira com as virtudes.

Sabe-se da importância da política para o mundo grego antigo e que ela era a ciência que utilizava todas as ciências e legislava sobre todas elas, uma vez, que seu objetivo era a melhor administração da Polis. Assim, ela abrange todo o modo de vida do cidadão e a lógica de uma sociedade bem organizada deixa claro, que seu objetivo principal será o bem da sociedade, tendo como consequência disso o bem do cidadão. “[...] o objetivo da vida política é o melhor dos fins e essa ciência dedica o melhor de seus esforços a fazer com que os cidadãos sejam bons e capazes de nobres ações.” (EN1099 b 30) Essa citação é parte de um trecho em que Aristóteles define claramente que a investigação ética, para ele, é uma investigação política, pois ela visa ao melhor dos fins. Com isso, a política seria a ciência que tem como finalidade o bem humano, mas com vistas ao bem da sociedade em geral, não individual. Uma vez que a política, para Aristóteles, é a arte que determina os rumos do Estado, capaz de fazê-lo alcançar a sua finalidade e conseqüentemente do cidadão, ela legisla e determina todas as ações e estudos



dos cidadãos. Está acima de todas as outras ciências e faculdades, se for considerado que o bem da polis é mais importante que o bem do indivíduo.

Aristóteles considera que o ser humano só poderia viver de maneira plena dentro de uma sociedade organizada e bem-educada, de acordo com os valores e virtudes gregas. A Polis grega, em seu ideal deveria funcionar de tal maneira, que poderia proporcionar ao homem as possibilidades de uma boa vida. O que significava que a ciência política era a mais importante de todas as ciências, pois é ela que determina as condições de vida dos cidadãos gregos dentro de sua sociedade.

A ciência política investiga as ações belas e justas, mas como as definições dessas ações variam muito e sobre elas há muitas opiniões, como dito antes, pode-se considerar essas ações existindo por convenção, e não por natureza. Em outras palavras, essas ações não existem de forma absoluta na natureza, são as pessoas que definem qual ação seria bela e justa, e essas definições variam muito em cada grupo de indivíduos. Porém, como já dito, a ciência política diz respeito à sociedade, estudando as ações necessárias para que essa sociedade seja justa com seus cidadãos. O homem que estuda essa ciência estuda a virtude em todos os seus aspectos, com o objetivo de que possa ter a capacidade de orientar seus cidadãos para que sejam bons e cumpridores das leis. Ou seja, a política tem por finalidade uma comunidade virtuosa e consequentemente justa e feliz, e o homem que se dedica a essa atividade, necessita dessa comunidade para realizá-la.

Essa virtude pregada pela política, é acima de tudo uma virtude da alma ou, mais do que isso, da alma racional. Todos os aspectos relacionados à alma são estudados pelos homens que praticam a política; com a posse desses conhecimentos, seu praticante tem condições legislar justamente e, assim, dar condições para que cada cidadão possa ter a possibilidade de melhorar seu caráter antes de alcançar a felicidade dentro de sua sociedade. Por isso, Aristóteles afirma que a política seria a arte mestra e o conhecimento do que seria o sumo bem, como propriedade dessa arte. Sendo assim, como um especialista deve conhecer muito bem seu ramo de trabalho, o político, deve necessariamente, conhecer muito bem, não só sobre as leis, mas principalmente sobre coisas que dizem respeito à alma.

2.4 Tipos de vida e suas finalidades

Já foram expostos aqui o que seriam, as atividades, ações e bens, assim como uma pequena síntese da política e do funcionamento da alma. Com isso, já faz-se necessário uma



pergunta: quais os tipos de vida ou atividades poderiam levar ao sumo bem? Para tentar responder a esta pergunta, é necessário esclarecer, alguns tipos de ações e atividades, juntamente com os principais tipos de vida e suas finalidades.

Como já vimos, o próprio Aristóteles admite que as opiniões das pessoas sobre os bens, são as mais variadas possíveis e se as ações belas e justas podem variar de acordo com a situação e a opinião de cada um, os bens também seguem o mesmo princípio. O desejo, que como visto, se encontra na função apetitiva da alma, traz à tona uma variável enorme de possibilidades de bens, mas o sumo bem deve ser inegavelmente aceito como um bem perfeito, pois o mesmo seria o único desejável por si mesmo. Assim, em sua investigação, Aristóteles se depara com diversas opiniões sobre bens que não são muito diferentes dos dias atuais. Os que poderiam se enquadrar como possivelmente os mais desejáveis, são as riquezas, os prazeres e as honrarias. Porém esses bens, não parecem desejáveis por si mesmo e de alguma maneira, talvez possam até trazer prejuízos a quem os possui, como será visto. Podemos, então, examinar as diferentes ações e artes que podem colaborar para o entendimento do que seria exatamente o bem procurado.

Logo, em princípio, já se percebe que cada ação e cada arte, possui um bem diferente. Um bem, é uma finalidade buscada e no caso da medicina, por exemplo, seria a saúde; na arte da estratégia, seria a vitória; na arquitetura, a casa. Ou seja, basta fazer esse raciocínio para perceber-se que todas as artes e ações possuem um propósito diferente, que seriam a sua finalidade. Mas essas finalidades apresentadas não são um fim absoluto. Logo, elas nos servem apenas como exemplos concretos de finalidades, mas não como um sumo bem.

Aristóteles, não faz citações explícitas no livro I, mas o que ele procura, parece-me remeter claramente a uma das quatro causas, nesse caso a causa final da vida humana. Tal tipo de causa, se refere à finalidade de cada coisa, ou seja, de cada arte e de cada ação. Os fins, como já dito, são vários e alguns são mais importantes do que outros para cada um de nós. Isso depende das ações e artes praticadas ao longo da vida, mas todos esses fins que são realizados através das nossas ações e artes praticadas são sempre em vista de algo mais ou com o objetivo de alcançar outra coisa. Se o fim é uma causa, com isso, existiriam causas finais para cada uma dessas coisas, mas a finalidade buscada por Aristóteles é aquela pelo qual tudo é realizado; a finalidade de todas as finalidades. Esse fim deve ser um fim absoluto, e quando se diz algo de absoluto é porque não se pode haver mais nada igual ou superior ao mesmo. A meu ver não poderia existir mais de um fim absoluto, porém o próprio Aristóteles chega a supor tal



existência: “[...] e se existe mais de um fim absoluto, o mais absoluto de todos será o que buscamos” (EN 1097a 30).

O que é absoluto indica o que é por si mesmo e para si mesmo, ou seja, é totalmente independente de qualquer outra coisa. Podem haver várias considerações ou condições para se chegar ao conceito ou ao que é o absoluto, mas não poderá haver nada além disso. A saúde, por exemplo, é claramente uma finalidade, porém além do desejo de ser saudável, existem outras finalidades buscadas através da condição de uma boa saúde. Além disso, ela é buscada mais como um ganho recuperável sobre uma perda, que é a se tornar saudável após adoecer; ou como um desejo de que o adoecimento nunca ocorra. As riquezas, também como já dito, é uma finalidade de vida, mas segue-se no mesmo sentido de se buscar sempre algo mais.

Para uma reflexão melhor, podemos examinar os tipos de vida que Aristóteles propõe, fazendo uma análise dos principais bens desejáveis pelos homens, com exceção da vida contemplativa que será apreciada na Parte II do trabalho. Considera-se que existem apenas duas possibilidades de bens, os externos e os internos e que Aristóteles admite que são três os tipos principais de vida: a vida voltada para as paixões, a vida política e a vida contemplativa.

A vida voltada para as paixões, traz à tona os prazeres. Seria uma vida voltada para um mundo em que a satisfação dos prazeres físicos seria o propósito final da vida, e essa satisfação de um prazer carnal traria uma felicidade plena. Porém, para Aristóteles, esse tipo de vida seria um tipo de vida “bestial”, que ele compara com uma vida de escravos. Seria um tipo de escravidão imposta pelas paixões, e não por uma racionalidade plena. Lembrando que, segundo o que já foi visto, a felicidade diz respeito às virtudes e conseqüentemente à alma racional, sendo portanto, incompatível com uma vida guiada pelas paixões. Assim, a vida voltada para os prazeres não é uma vida que deva ser considerada como apropriada para o alcance do sumo bem. Mas, então porque esse tipo de vida é levado em consideração pelo Estagirita? Como dito no início desse trabalho, Aristóteles busca tratar dos assuntos fazendo uma análise de várias teses, tanto as mais conhecidas pelo vulgo quanto as consideradas pelos sábios.

Se a vida voltada para os prazeres não deve ser muito considerada, o prazer, como um tipo de sentimento que é buscado pelo homem, deve sim ser melhor exposto. O prazer e seu contrário, a dor, inegavelmente acompanham o homem por toda a sua vida. Esse caráter de continuidade e de ser desejado pelo homem, faz Aristóteles levar em consideração a tese de Eudoxo (filósofo grego, contemporâneo de Aristóteles), de que o prazer seria um bem, pois é o que todos buscam.



Eudoxo pensava que o prazer é o bem porque via todos os seres tanto racionais como irracionais, tender para ele, e porque em todas as coisas aquilo para que se dirige a escolha é excelente, e o mais visado pela escolha é o maior dos bens. (EN 1172b 10)

Essa era uma tese comumente aceita, que esse era o maior dos bens, uma vez que, seguindo o raciocínio, todas as coisas se moviam para esse bem. E ainda poder-se-ia argumentar o contrário, se a dor é objeto de maior aversão, o prazer seria o mais desejado e sendo um bem, o maior dos bens. Outro argumento levantado é que o prazer poderia ser um objeto de escolha por si mesmo, e nesse ponto Aristóteles parece concordar.

Ora, o mais genuíno objeto de preferência é aquilo que escolhemos por si mesmo[...]; e o prazer é reconhecidamente dessa natureza, pois que ninguém indaga com que fim o sente, implicando destarte que ele é em si mesmo objeto de escolha. (EN 1172b 20-25)

Mas um dos pontos que faz com que o prazer seja questionado em sua posição de sumo bem é que, segundo Eudoxo, ele seria mais digno de escolha se lhe fosse acrescentado um bem qualquer. Nesse caso, Aristóteles, dá o exemplo da escolha do prazer acrescido de uma ação justa ou temperante, o que tornaria o prazer mais digno de escolha. Usa também o argumento de Platão, que afirmava que: “Diz ele que a vida aprazível é mais desejável quando acompanhada de sabedoria do que sem ela [...]” Isso certamente indica que o prazer não passa de mais um bem, talvez como os examinados no início desse tópico, pois qualquer bem, é mais digno de escolha, quando acompanhado de um outro bem. Mas ele merece um pouco mais de atenção, por possuir uma característica fundamental do sumo bem, que é de ser um bem buscado por si.

O prazer não é uma atividade, como a vida política, que pode trazer riquezas e honras. Essa vida, seria a vida preferida das pessoas que possuem uma educação e experiências de vida mais apuradas que os homens que vivem para as paixões. Riquezas e honra, para Aristóteles, são considerados bens e finalidades dignas de serem buscadas, porém apresentam inconvenientes para serem considerados o sumo bem. Riquezas são úteis na vida de uma pessoa, mas não são um fim em si. A vida voltada para a busca de riquezas seria uma vida artificial, ou nas palavras do próprio Aristóteles, seria “uma vida forçada”, sem a naturalidade necessária para dar ao seu perseguidor um bem capaz de satisfazê-lo plenamente, pois quem busca riquezas, é sempre por ambição de algo mais. Portanto, a busca de riquezas não pode nem ser



considerado um fim em absoluto. E com isso, as riquezas não possuem a principal característica que é buscada para a definição de sumo bem, que deve ser absoluto e incondicional.

Já a honra é considerada a finalidade da vida política e, num primeiro momento, parece possuir características que poderiam dar a felicidade a quem a possui. É sem dúvida um fim e um bem, sendo que também traz consigo um orgulho que pode ser confundido com a felicidade. Porém o bem procurado, é um bem próprio do homem e que jamais outra pessoa poderia lhe tomar. Esta deveria ser outra das características do sumo bem. Mas a honra é dada pelas outras pessoas, ou seja, por todos da sociedade em que vive. Com isso, alguém só pode ser uma pessoa honrada se as outras pessoas a consideram assim e isso lhe traz uma necessidade de depender do julgamento dos outros para que a felicidade de ser uma pessoa honrada possa lhe pertencer. Sendo que esse julgamento também é feito de uma maneira constante e pode sempre ser mudado dependendo de como se vive aquele momento da vida. Portanto ela é um bem instável e que pode vir a trazer muitos sofrimentos ao longo da vida.

Esses exemplos mostram que não é qualquer tipo de vida, atividade ou ações que podem ser ou trazer a felicidade. Como sumo bem, ela deve ser acima de qualquer coisa, sendo portanto absoluta e incondicional, pois é sempre desejada por si mesma e nunca no interesse de outra coisa. Ou seja, é autossuficiente, sendo aquilo que torna a vida desejável e carente de mais nada. Nesse caso, a felicidade seria a palavra que se encaixa perfeitamente nesse conceito, pois não há mais nada o que se buscar após isso. Assim, possuindo esse conceito, a felicidade não poderia ser um bem entre outros bens, pois ela seria a finalidade da ação, e não a finalidade de uma ou várias ações específicas. E se a vida só pode ser vivida através da ação, pois é impossível viver a vida sem qualquer tipo de ação, a finalidade dela só pode ser a felicidade.

Mas a partir de um momento de definição surgem mais dúvidas. A principal seria o fato de que, se a felicidade é a finalidade da vida, restaria questionar o que seria, então, essa felicidade.

2.5 As finalidades do homem

Claramente a felicidade está relacionada com a vida, e se viver requer ação, parece que o sumo bem requer o que há de melhor em termos de ação e conseqüentemente de vida. Pode-se então dizer que a felicidade seria o bem viver e o bem agir, que poderiam ser alcançados obviamente por ações, que remetem também às artes. Mas, para se chegar a isso, é preciso saber



do que o homem é capaz, sendo que só com um exame do homem, poderíamos checar esse ponto. Tal estudo, então, passa por determinar primeiramente qual seria a função do homem e, uma vez determinando isso, poder-se-ia encontrar até onde o homem poderia ir para alcançar a melhor função que ele poderia exercer.

Todas as atividades visam a alguma coisa, e essa finalidade visada é um bem, só que existem vários tipos de atividades e variados tipos de bens a serem alcançados, como já visto. E quanto melhor e mais importante é um bem para o homem, mais próximo do sumo bem ele irá chegar. Porém, como vivemos em sociedade e dependemos um do outro para nossa sobrevivência, para alcançarmos o máximo de nossos objetivos não se deve pensar em um bem ou uma atividade individualmente. Da mesma forma, a função do homem, não é uma função individual e portanto, se é procurado uma coisa que seria uma função humana, ela deve ser peculiar a essa espécie. E o que é peculiar ao homem, e não a nenhum outro tipo de vida animal, é a racionalidade, ou seja, é possuir uma alma racional.

Sobre a alma, Aristóteles diz o seguinte:

[...] começando por fazer algumas observações a respeito da alma. Dissemos anteriormente que esta tem duas partes: a que concebe uma regra ou princípio racional, e a privada de razão. [...] admitindo que sejam duas partes que concebam um princípio racional: uma pela qual contemplamos as coisas cujas causas determinantes são invariáveis e uma pela qual contemplamos as coisas variáveis, [...] (EN 1139a 5-10)

Essa alma, que concebe um princípio racional, também é dividida em científica e calculativa. Sendo que a alma científica contempla o invariável e a calculativa, que delibera, diz respeito as coisas variáveis, assim as duas partes, juntas, concebem o princípio racional. Mas a alma, para Aristóteles, de uma maneira geral é separada em três funções: a vegetativa, a sensitiva e a racional. A alma vegetativa se refere à geração, nutrição e crescimento. Essa parte da alma seria totalmente irracional, ou seja não participa do raciocínio, ou do princípio racional. Já a sensitiva, seria o princípio por trás das funções de sensação, apetites e movimento. Entre essas três funções, a apetitiva é considerada uma função da alma que exerce algum tipo de influência na alma racional, pois nela está o desejo, que é o responsável pelo movimento. Alma racional, que seria o intelecto humano propriamente dito, é a parte da alma com a qual ela conhece e pensa. E, como já dito, essa parte da alma, que é o princípio racional, é dividida em científica e calculativa, mas as duas partes se complementam para que o homem possa realizar



a sua atividade com a máxima excelência. Pois “[...] a função do homem é uma atividade da alma que segue ou que implica um princípio racional.” (EN 1098a 5-10)

Sabemos que existem vários tipos de atividades e também que várias pessoas desempenham as mesmas atividades que outras durante a sua vida. Mas o desempenho de cada um é diferente, visto que algumas pessoas fazem apenas o simples e o necessário para concluir a atividade que realiza. Porém, existem outras que exercem aquela atividade que praticam com uma mestria formidável. Em outras palavras, existem pessoas que exercem sua atividade e outras que exercem muito melhor aquela mesma atividade. No caso da função específica do homem não é diferente, exercer o pensamento com excelência é a melhor maneira de exercer a sua atividade própria.

Seguindo todo o raciocínio, chega-se à conclusão de que existem os bens externos e internos, sendo que os bens externos possuem certos limites, uma vez que são totalmente ligados ao mundo material. Já os bens internos são os relacionados à alma, mas também ao corpo, e nesse caso são os melhores bens, pois são os bens que se relacionam diretamente com as ações a serem tomadas e com as atividades “psíquicas”. A relação com as ações se dá pelo fato de as identificarmos com a sua finalidade, ou seja, toda ação possui uma finalidade, e quando praticamos uma ação é porque temos em mente um objetivo. Esse objetivo, ou finalidade a que a ação está ligada é baseado em um princípio racional do ser humano, e como esse princípio racional é um bem interno, as ações não podem ser um bem externo, e sim interno. Quando se diz que a felicidade é uma espécie de boa vida e boa ação, é porque a racionalidade exercida com excelência faz com que o homem haja de uma maneira que o levaria a ter boas ações, e estas estão relacionadas a uma boa vida. A racionalidade, com isso, é um bem puramente interno e influencia diretamente o ser humano em suas ações, sendo que quando exercida em toda a sua excelência, é o melhor dos tipos de bens e é o maior de todos os bens específicos do ser humano. Portanto:

[...] afirmamos ser a função do homem uma certa espécie de vida, e esta vida uma atividade ou ações da alma que implicam um princípio racional; e acrescentamos que a função de um bom homem é uma boa e nobre realização das mesmas; [...] (EN 1098a 10-15)

A propósito de tudo que já foi dito e tendo como referência a cultura grega antiga, Aristóteles só poderia chegar à conclusão de que a felicidade se identificaria com a virtude ou a atividade virtuosa, a sabedoria prática e/ou a sabedoria filosófica. Mas ele ainda leva em consideração uma certa identificação com o prazer e a prosperidade exterior. Ele começa a



delinear, assim, um conjunto de fatores do que poderia trazer a felicidade, mas não do que seria a felicidade em si.

Ele chega com isso ao início de um cálculo que começa a envolver a virtude e a atividade virtuosa como meio de se chegar a felicidade. Mas, para ele, a virtude seria apenas uma disposição, ou seja um tipo de conceito ligado à alma racional, enquanto que a atividade virtuosa sim, seria um ato do agir e, mais do que isso, do agir bem, sempre em conformidade com a virtude. “Porque pode existir o estado de ânimo sem produzir nenhum bom resultado, como no homem que dorme ou permanece inativo; mas a atividade virtuosa não: essa deve necessariamente agir, e agir bem.” (EN 1099a). Quem age com virtude, age bem e retamente, com isso é possível alcançar as coisas nobres e boas da vida, tornando a vida prazerosa por si mesma, e o prazer é um bem interno, um estado da alma. A vida deveria possuir um prazer em si mesma, e esse tipo de prazer é natural e não pode ser buscado de forma artificial como nos bens exteriores. No caso dos atos virtuosos, eles são uma atividade da alma racional, ou seja, da melhor forma de excelência da atividade própria do homem, sendo, por isso, naturalmente prazeroso e possuindo prazer em si mesmo.

Se a felicidade é o sumo bem, com certeza ela possui ligação com o agir bem, pois ela se identifica com a melhor atividade, e para ser o sumo bem, ela necessariamente deve ser “a melhor, a mais nobre e a mais aprazível coisa do mundo. (EN 1099a 25).

Com tudo que foi dito até aqui, em resumo, que a felicidade está relacionada com o bem viver e com o bom uso da atividade racional, podemos chegar a uma conclusão. A felicidade necessitaria também de bens exteriores como um complemento, pois ela necessita de instrumentos para ser alcançada. Amigos, riquezas, poder político, beleza e filhos, são coisas que, segundo Aristóteles, podem juntas, ou separadamente, ajudar o homem a alcançar a felicidade. Porém, como são bens exteriores, podem também ser o motivo de uma vida infeliz, dependendo de todas as circunstâncias e contingências que esse tipo de bem pode sofrer. Assim, talvez o sumo bem jamais poderia ser alcançado. Uma pessoa pode viver uma vida feliz, mas podem acontecer problemas além de sua vontade que podem influenciar na sua vida. Com isso, é levantada a questão se a felicidade poderia ser algo permanente.

A felicidade tem que ser algo de permanente, pois do contrário não teria como ser um sumo bem e seria apenas mais um bem que se pode alcançar e se perder, como todos os outros. Seguindo apenas as explicitações feitas nesse tópico, ela também não parece ser uma atividade do homem, pois são as atividades que parecem fazer parte do que ela poderia ser e não o contrário. Sendo que a mais importante dessas atividades que participam da constituição da



felicidade, é a atividade virtuosa. Isso porque, como a felicidade é permanente, ela deve ter como parte importante de sua constituição, uma atividade que possa se caracterizar pela possibilidade de ser realizada durante toda a vida e a atividade virtuosa possui essa característica.

Para Aristóteles, a atividade virtuosa é mais durável, porque o homem que exerce essa atividade, se dedicará a ela por toda a vida. Esse homem, que deve ser verdadeiramente bom e honesto, se empenhará nessa ação ou contemplação virtuosa, sendo que com essa atitude ele poderá suportar com mais dignidade e sabedoria os problemas que a vida irá lhe trazer. Um homem sábio e bom, conseqüentemente terá melhores ferramentas em sua alma racional para transformar em melhores, os momentos difíceis. Com isso, esse homem possui maiores probabilidades de viver uma boa vida e conseqüentemente ser mais feliz. Ou seja, esse tipo de atividade pertence ao homem feliz. Mas “quando diremos então que não é feliz aquele que age conforme a virtude perfeita e está suficientemente provido de bens exteriores não durante um período qualquer, mas através de uma vida completa?”. (EN1101b 15-20) Assim, Aristóteles lembra que a felicidade se caracteriza pela virtude perfeita e por uma vida inteira, ou seja, exige uma espécie de duração, ou continuidade. Como também coloca a atividade racional desempenhada com excelência como fundamental para a vida do homem que pretende ser capaz de alcançar a felicidade.



3 Parte II

3.1 - Felicidade e seus conceitos

Para definir a felicidade, Aristóteles precisa mostrar o que é o bem, que é a causa final da ação, ou seja, cada ação ou atividade possui uma finalidade, a qual é um bem. Todavia, Aristóteles não está à procura de um bem comum, ele quer encontrar o sumo bem, que deve ser necessariamente absoluto. Aristóteles escreve sobre um fim absoluto e, logo depois, deixa no ar a possibilidade de mais de um fim com esse sentido.

[...] segue-se que nem todos os fins são absolutos: mas o sumo bem é claramente algo de absoluto. Portanto só existe um fim absoluto, será o que estamos procurando; e se existe mais de um, o mais absoluto de todos será o que buscamos. (EN 1097a 25-30)

Esse é um claro exemplo de definição, em que ele necessariamente terá de se explicar depois. Mas creio que Aristóteles não deixa de apresentar suas explicações sobre as supostas ambiguidades. Se sua afirmação acima pode vir a trazer dúvidas sobre a possibilidade de mais de um fim absoluto, ele deixa claro, na sequência, o que ele pretende dizer com esse tipo de fim. Para ele, o que é absoluto, é incondicional, desejável por si mesmo e não pode haver outra finalidade depois disso, uma vez que o fim absoluto não é desejado no interesse de outra coisa. Ou seja, existem alguns requisitos para o que se pode chamar de absoluto e ele deixa isso bem claro. Quando ele diz, “se existe mais de um”, deve-se observar também que ele não afirma a existência de mais de um fim absoluto e sim, a possibilidade dessa existência.

Existe também um outro fator, que influencia no que foi exposto. O fato de Aristóteles estar fazendo um estudo em que ele se utiliza do método endoxal. Isso, faz com que ele deva necessariamente, abrir leques de possibilidades para serem estudadas. É o que ele vai fazer ao estudar os estilos de vida e outros fins, que em certos conceitos, eram tidos como um fim absoluto. Finalidades como a honra, o prazer, a razão e “todas as virtudes”, são consideradas como fins em si mesmos. São bens que podem ser buscados por si, e portanto alguns os consideram absolutos.

Mas, segundo Aristóteles, o absoluto é mais do que um bem que pode ser buscado por si mesmo, ele também nunca pode ser escolhido no interesse de outra coisa, ou seja, ele é autossuficiente. “Chamamos de absoluto e incondicional aquilo que é sempre desejável em si mesmo e nunca no interesse de outra coisa”. (EN 1097a 30) O absoluto, é incondicional, pois é sempre desejado por si mesmo e nunca no interesse de outra coisa, sendo também



autossuficiente e portanto, um fim que tonaria a vida carente de mais nada. As finalidades citadas no parágrafo anterior podem ser consideradas por alguns como desejadas por si mesmas, porém elas são comumente associadas a uma finalidade maior e que vai além delas. Essa finalidade é o sumo bem ou, em outras palavras, a felicidade.

A felicidade é o único bem que não admite a possibilidade de ser conquistada em vista de outra coisa qualquer. Ela é procurada por si mesma, e nada além disso, enquanto que os demais bens citados podem até ser desejados por si mesmos, mas sempre se poderá dizer que os escolhemos pelo interesse de alcançar uma vida feliz. Com isso, mesmo que uma finalidade qualquer possa ter um fim em si mesma, ela ainda assim, não possui a característica de ser incondicional e também autossuficiente. Portanto quando ele cita a possibilidade de um bem mais absoluto que os outros, ele está na verdade mostrando que essa dúvida existe, porém se levarmos o conceito de absoluto ao máximo, não poderia haver mais de um bem absoluto, pois somente a felicidade possui todas as características para ser chamada de sumo bem.

Creio que, com isso, também podemos explicar o porquê de a felicidade não poder ser considerada como um bem entre outros bens. Como já dito, Aristóteles considera a autossuficiência como “sendo aquilo que, em si mesmo, torna a vida desejável e carente de nada”. (1097b 15) Ora, os outros importantes bens citados que podem ser considerados como fins em si mesmos, e eles o são, porque podem ser escolhidos dentro dessa possibilidade, também podem ser escolhidos em vista da felicidade. Em outras palavras, todos os outros bens podem possuir a felicidade como meta final, porém apenas a felicidade não pode ser escolhida como meta para nenhum outro bem. Ela possui uma característica que é única, a de ser totalmente autossuficiente. Com isso, os outros bens, sejam eles quaisquer um que se possa ser escolhido, vão possuir sempre alguma característica comum a algum outro bem.

Podemos tomar o exemplo da honra nos termos propostos por Aristóteles. Para um indivíduo, ela pode significar o objetivo máximo a ser alcançado, mas para outros, ela pode ser buscada em vista de uma finalidade maior que é ser feliz. Individualmente, a honra pode servir de fim último, mas nunca poderá ser considerado um fim último universal. Basta fazermos o mesmo exercício de pensamento com a felicidade e vamos logo descobrir que não há como pensar em ser feliz para alcançar a honra. Esse exercício pode ser feito com qualquer outro dos bens ou finalidades mais nobres que foram propostos. Para Aristóteles, o resultado não poderia ser diferente. Com isso, a felicidade foge das características de qualquer outro bem e não admite o acréscimo de mais nada para ser maior, ou mais desejada do que ela própria já o é, por si



mesma. Assim, a felicidade não é um bem entre outros, ela não necessita de acréscimos para ser o que é, sendo que isso, seria o que ele chama, tornar a vida carente de nada.

O sumo bem, então, só pode ser algo de absoluto, incondicional e autossuficiente, não podendo haver mais de um bem nessa condição. Essa é a felicidade e Aristóteles a conceitua como uma atividade da alma e em consonância com a virtude perfeita. Como atividade da alma, ela precisa possuir as características que lhe foram dadas como um sumo bem, e o fato de ser em consonância com a virtude perfeita traria consigo a ideia de uma boa vida e boa ação. Isso porquê apesar de ser um bem interior e estar relacionada com a alma racional, a virtude também está relacionada à ação.

Ainda sobre o tema da virtude, alguns conceitos de felicidade definidos por Aristóteles podem deixar algumas dúvidas, mas também podem nos ajudar na interpretação final do que seria a felicidade. Como dito acima, em um dos seus conceitos mais conhecidos, Aristóteles define a felicidade, mas também a separa da virtude.

[...]para nós, o que disse acima deixa bastante claro que a felicidade pertence ao número das coisas estimadas e perfeitas (*EN 1102a*). Já que a felicidade é uma atividade da alma conforme à virtude perfeita, devemos considerar a natureza da virtude: pois talvez possamos compreender melhor, por esse meio, a natureza da felicidade (*EN 1102a 5*).

Ele afirma que a felicidade pertenceria às coisas consideradas estimadas e perfeitas; a virtude é uma dessas coisas estimadas. E se a felicidade era o sumo bem, ela só poderia estar entre as coisas perfeitas, ou seja, ela só pode ser conforme a virtude perfeita. Porém, conforme essa definição, ele não afirma que a felicidade é a virtude perfeita, mas que ela é uma atividade da alma. Essa atividade da alma é que está sendo indicada como a felicidade, não a virtude perfeita.

Nessa definição fica claro que ele pretende fazer um estudo maior sobre a virtude. Ou seja, na definição, ele apenas pretende que se faça um estudo maior sobre a natureza da virtude, uma vez que a felicidade não seria conforme qualquer tipo de virtude, mas conforme à perfeita. Estar em conformidade, não quer dizer ser aquela atividade, mas que o tipo de atividade da alma, que seria a felicidade, não poderia ir por um caminho contrário ao de um tipo de virtude que deve atender aos requisitos de perfeição.

O estudo sobre como agir em conformidade com as virtudes vai consumir boa parte da obra, principalmente nas investigações sobre as atividades virtuosas. Pois são as virtudes que levam os homens a praticarem ações que são consideradas nobres, sendo que essas ações



acabará por definir o caráter do homem. Até por isso Aristóteles define a virtude como uma disposição de caráter relacionada com a escolha, e essa disposição de caráter é que pode fazer o homem se tornar bom. “A virtude é, pois, uma disposição de caráter relacionada com a escolha e consiste numa mediania.” (1107a). Essa mediania, que é própria do homem com sabedoria prática, é relativa à nós e é determinada por um princípio racional. Assim, seguindo as definições acima, para se encontrar o que Aristóteles define como a felicidade, parece não importar se a virtude perfeita será A ou B, desde que ela seja perfeita. Mas essa virtude perfeita está relacionada com o bem do homem. Esse bem do homem, ou seja, o bem próprio do ser humano, é o uso da razão. Pois a razão é uma atividade da alma que é própria apenas do homem.

“O bem do homem nos aparece como uma atividade da alma em consonância com a virtude, e se há mais de uma virtude, com a melhor e mais completa” (EN 1098a 15). Na *Ética a Nicômaco*, essa definição é anterior ao conceito que acabamos de discorrer, mas reforça o que já foi exposto acima. Porém nesse trecho, Aristóteles, está buscando o que seria o bem do homem, como também definindo que a virtude deverá ser perfeita. Disso não há dúvida, mas como já exposto, essa atividade da alma deve ser em consonância com a virtude perfeita, sendo absoluta e incondicional, pois é sempre desejada por si mesma e nunca no interesse de outra coisa. Em outras palavras, não falta nada para a felicidade, ela é autossuficiente, sendo aquilo que torna a vida desejável. Esse é o sumo bem Aristotélico, o bem máximo que pode-se alcançar e, para isso, não poderia possuir outras características.

Assim, as virtudes estão relacionadas às ações, ou atividades práticas, que podem ser consideradas virtuosas ou não, mas não possuem várias das características exigidas acima. Ao exigir a perfeição da virtude, Aristóteles está, quase que descartando automaticamente as atividades práticas. Elas são objetos de convenções e, dentro da própria *Ética a Nicômaco*, elas serão todas colocadas como questões de escolhas. Se Aristóteles diz que a virtude é uma disposição de caráter relacionada com a escolha e consistindo numa mediania, mesmo uma racionalidade prática, capaz de fazer o homem agir bem e conforme a virtude, não poderia ser considerada um sumo bem, muito menos as atividades práticas virtuosas decorrentes dessa ordem de pensamento.

Ora, é claro que não só o prazer, mas nenhuma outra coisa pode ser o bem se a adição de uma das coisas que são boas em si mesmas a torna mais desejável. Que é então que satisfaz este critério, e em que, ao mesmo tempo, podemos participar? É alguma coisa dessa espécie que estamos procurando (EN 1172b 30-35).



Nesse trecho, Aristóteles está defendendo que o prazer não pode ser o sumo bem. Mas o argumento usado para excluir o prazer de postular tal título deve ser obviamente aplicado à todas as situações. Assim, mais uma vez, ele deixa claro as características que precisam ser levadas em consideração para considerarmos alguma coisa como sendo o bem máximo a ser buscado. A adição de qualquer coisa a um bem simplesmente faz com que esse bem não seja o sumo bem procurado.

3.2 - O argumento da contemplação

Que o sumo bem é a felicidade e que ela é desejável por si mesma, ou seja, é auto suficiente, isso já foi mostrado. Ela reside nas atividades virtuosas e isso também é um fato assumido nas análises. Mas foi dito que a felicidade está em consonância com a virtude perfeita, ou seja, a mais alta das virtudes. As atividades virtuosas práticas já foram descartadas, inclusive por não se enquadrarem na descrição de virtude perfeita. Então resta saber o que seria essa virtude perfeita, que é o que poderia haver de melhor em nós.

Como já exposto, a atividade própria do homem é a razão, e o que é próprio do homem é o que há de melhor nele. “[...] (pois não só a razão é a melhor coisa que existe em nós, como os objetos da razão são os melhores dentre os objetos cognoscíveis) [...]” (*EN 1177a 20*). Portanto a razão é o que há de melhor em nós. E Aristóteles ainda complementa afirmando que os objetos que pertencem ao uso da razão são os melhores dentre os que podemos conhecer. A virtude e sua prática são obviamente obras da atividade racional, mas o que poderia se enquadrar como sendo uma virtude perfeita? Não é um tipo de vida específico, pois já foi visto que não existem tipos de vida que se enquadram em todos os termos defendidos para se caracterizar o sumo bem. Com isso, resta as atividades que realizamos, e Aristóteles só encontrou uma atividade que poderia enquadrar-se nos requisitos apresentados. Essa atividade é a da contemplação.

Ao verificarmos os argumentos, podemos observar que, segundo Aristóteles, a atividade racional é o que nos diferencia de todos os outros seres vivos, ou seja, é o que nos faz humanos. Portanto, seres humanos usam a razão para se destacar dos outros animais sendo que essa racionalidade é um bem interno e, seguindo os conceitos Aristotélicos, é a melhor coisa que existe em nós. Portanto, os objetos que são de domínio da razão são os melhores entre todos.



Até nesse momento, podemos indagar sobre a possibilidade de outros tipos de atividades, já descritos nesse trabalho, como possíveis de se enquadrarem nesses quesitos. A própria vida política e as várias atividades virtuosas poderiam ser postulantes à possuírem essas características, uma vez que pertencem ao campo da racionalidade humana. Porém, o sumo bem, sendo absoluto e incondicional, sempre desejável em si mesmo e principalmente por ser pertencente às coisas estimadas e perfeitas, exige uma continuidade.

[...] a contemplação da verdade pode ser mais contínua que qualquer outra atividade. E pensamos que a felicidade tem uma mistura de prazer, mas a atividade da sabedoria filosófica é reconhecidamente a mais aprazível das atividades virtuosas; [...] (EN 1177a 20-25).

A atividade da contemplação, que Aristóteles também chama de “atividade da sabedoria filosófica”, também é reconhecidamente uma atividade que se caracterizaria pelo prazer que proporciona ao seu praticante. Um dos argumentos para isso é até simples, pois, segundo Aristóteles, as pessoas que possuem essa sabedoria, passam o tempo de uma maneira mais aprazível do que as que possuem muitas indagações. Essas, não causariam tantos prazeres quanto uma atividade que diz respeito à contemplação da verdade. Portanto, a contemplação é uma atividade estimada e desejada.

A contemplação também é auto suficiente, pois o filósofo que é o homem que pratica a atividade da contemplação da verdade não necessita de nenhum tipo de colaboração externa para tal. Em outras palavras, se assim desejar, ele pode praticá-la sozinho. Claro que o filósofo necessita de outras pessoas e outros tipos de atividades para viver, mas a atividade da contemplação da verdade, não necessita de mais nada. Quanto a outras atividades virtuosas, não há como serem praticadas sem que se tenha um ou mais indivíduos com quem se compartilhar. Exemplos disso são as atividades políticas e todas que envolvem as virtudes práticas. Mas o homem que pratica a contemplação não necessita de mais nada para o exercício da sua atividade. Assim, sendo auto suficiente e prazerosa, Aristóteles admite que não há outro tipo de atividade que possa ser mais contínua do que a contemplação. Vale enfatizar aqui, que a continuidade é fundamental para que um bem possa ser considerado entre os mais importantes, e a contemplação é o bem que pode oferecer maior continuidade.

Ainda sobre os conceitos que caracterizam o sumo bem, temos o conceito de ser amado por si mesmo. Sobre essa característica ser unicamente pertencente à contemplação, Aristóteles deixa transparecer um tom mais indeciso. “E essa atividade parece ser a única que é amada por si mesma, pois dela nada decorre além da própria contemplação, ao passo que das atividades



práticas sempre tiramos maior ou menos proveito, à parte da ação” (*EN 1177b*). A palavra “parece”, explicitada logo no início da frase, indica que podem existir mais atividades amadas por si mesmas. Mas, ao analisar as principais ações virtuosas, ou seja, as ações militares e as atividades políticas, Aristóteles mostra que elas visam algo mais. As ações militares não abrangem prazeres e também possuem outros objetivos, como o poder e as honras e, por isso, dificilmente seriam amadas por si mesmas. Enquanto a atividade política, como já foi visto nesse trabalho, visa à felicidade dos cidadãos, da sociedade de uma forma geral e não sendo desejável por si mesma. Assim sendo, somente a contemplação visa a si mesma, possui seu próprio prazer e é autossuficiente, ou seja, ela é incondicional e absoluta.

Portanto, a atividade contemplativa seria a felicidade. Porém existe um problema nesse tipo de argumento, visto que o fato de a contemplação ser o que foi definido aqui não quer dizer que é uma atividade que trará a felicidade ao homem. Pois ela só poderia ser alcançada por seres que não participam de um mundo sensível. Nossas vidas neste mundo são constituídas de vários tipos de ações e atos necessários para sua manutenção, sendo que jamais podem ser evitados em prol unicamente da contemplação. Mesmo os atos virtuosos, sejam eles quais forem, necessitam de uma certa dose de bens exteriores para serem postos em prática.

O homem que contempla a verdade, porém, não necessita de tais coisas, ao menos para o exercício de sua atividade; e pode-se dizer até que elas lhe servem de obstáculo, quando mais não seja para a própria contemplação. Mas enquanto homem que vive no meio de outros homens ele escolhe a prática de atos virtuosos: por conseguinte, necessita também das coisas que facilitam a vida humana (*EN 1178b 5*).

Enquanto contempla a verdade, o homem está livre das coisas desse mundo sensível, mas, ao mesmo tempo, esse homem vive de alguma forma em sociedade e necessita de várias das coisas que complementam nossas vidas. Porém logo após essas afirmações sobre o homem e a contemplação, Aristóteles confirma novamente o que pensa sobre a felicidade, “Mas a felicidade perfeita é uma atividade contemplativa, confirma-o também a seguinte consideração” (*EN 1178b 5-10*). Ele confirma mais uma vez que a felicidade é uma atividade contemplativa, porém ele usa o termo “felicidade perfeita”. Isso acontece, para destacar o fato de que a atividade contemplativa pura, sem qualquer tipo de ação durante toda a sua existência seria a felicidade perfeita. Porém tal coisa só poderia ser alcançada por deuses, não por homens que necessitam de ações durante sua vida nesse mundo. Assim, Aristóteles afirma que de todas as



atividades humanas, a que mais se aproxima de uma contemplação da verdade ao molde dos deuses é a que mais próxima estará da felicidade.

A virtude perfeita, é a atividade da contemplação e creio que é por isso que ele afirma que a felicidade deve ser conforme esse tipo de virtude. Pois isso não tiraria a possibilidade de serem a mesma coisa. Mas o que poderia nos fazer aproximar-nos desse tipo de felicidade perfeita, que seria uma existência dedicada unicamente e exclusivamente à vida contemplativa? A atividade racional em sua máxima excelência seria justamente o que poderia nos levar à nos aproximarmos da felicidade perfeita. “Se portanto a razão é divina em comparação com o homem, a vida conforme a razão é divina em comparação com a vida humana” (EN 1177b 30). Segundo Aristóteles o que há de melhor em cada coisa é por natureza o que há de melhor para aquela coisa. Portanto, quanto mais nos aproximarmos da excelência em termos de uso da razão, mais nos aproximaríamos da vida feliz. Nesse caso, ao vivermos de acordo com o que há de melhor em nós, significa viver conforme a razão e essa é a melhor e mais aprazível forma humana de se viver. Pois o que é próprio do homem é a atividade racional e isso é o que há de melhor e mais aprazível no homem, “[...] já que a razão, mais do que qualquer coisa é o homem. Donde se conclui que essa vida é a mais feliz” (EN 1178a 5-10).



Considerações finais

Levando-se em consideração a importância que Aristóteles dá sobre a virtude perfeita, a contemplação da verdade é a felicidade em sentido estrito, pois quando está sendo praticada é a felicidade perfeita. Ou seja, sendo a mais alta virtude a atividade inerente relativa ao que é próprio do homem e essa atividade própria é a racionalidade em sua excelência, a virtude perfeita é a contemplação da verdade e essa é a única forma de se atingir a felicidade perfeita. Essa seria a prática exclusiva e durante toda a vida da atividade da contemplação. Uma vida feliz, também seria perfeitamente alcançável através das práticas virtuosas, porém, deve-se sempre levar em consideração o exercício da atividade racional em sua excelência.

Mesmo ponderando sobre as afirmações feitas acima, ao fim de todos os estudos e considerações feitos por Aristóteles, e refletindo sobre a sua afirmação no Livro II Capítulo 2 de que a obra não visa ao conhecimento teórico, mas um conhecimento prático, podemos chegar à conclusão de que a felicidade para o homem é o bem viver, ou o bem agir. Ora, que a prática deve ser exercida para que a felicidade possa ser encontrada, creio não haver dúvidas, mas essa dúvida surge quando se reflete sobre a importância da atividade contemplativa da verdade para tal. Sendo essa contemplação uma atividade da alma científica, ela é algumas vezes relegada ao segundo plano quando tratamos do estudo da *Ética a Nicômaco*. No entanto, se pensarmos no objetivo de Aristóteles sobre o conhecimento prático e ademais, como mostrado, acredito que as coisas não se passam bem assim.

Aristóteles faz uma obra com o objetivo de uma investigação prática, mas ao mesmo tempo essa investigação vai se desdobrando para um estudo que envolve questões que se relacionam com toda a alma racional. Como já explicitado nesse trabalho, em sua página 18, o princípio racional é concebido pela parte científica e calculativa da alma. Ambas contemplam seus objetos de domínio, os invariáveis e os variáveis respectivamente, mas se complementam para formar o princípio racional. Esses objetos invariáveis são todos assumidos como verdades absolutas. Assim, dentre as duas atividades, a contemplação dos objetos invariáveis é assumida por Aristóteles como a mais perfeita de todas e a felicidade, por todas as características que possui, não pode admitir imperfeições.

A contemplação da verdade é uma atividade da alma e a mais nobre de todas, uma vez que essa atividade é a mais alta dentre as atividades feitas pelo homem. Isso também se explica pela finalidade do homem, que para Aristóteles é o uso de sua capacidade de raciocinar. Também pelo fato dessa atividade não sofrer os mesmos problemas das artes, ou seja, não existe



contingenciamento no ato de contemplação, apesar de depender inicialmente dos outros conhecimentos por hierarquia. Lembrando que o conhecimento se inicia pela sensibilidade. Outro detalhe, é que essa atividade é a única que, como independente dos rumos externos pode ser praticada durante toda a vida e um dos pontos-chaves da felicidade é justamente o de não ser efêmera, pois afinal o sumo bem não pode ter essa característica.

Já a moralidade, está vinculada ao uso prático da razão que é deliberativo e pode perfeitamente levar o homem a uma vida feliz. Mas ele não é o máximo que a atividade racional pode alcançar. Existe um patamar mais alto que necessita de uma complementação. Agindo de acordo com as virtudes morais, pode-se chegar a felicidade, mas para tal, é necessário a vinculação da racionalidade, que em sua forma de excelência é a atividade da contemplação. Essa atividade lida com o que existe de melhor no homem ao praticar uma atividade e aquele que pratica a atividade com excelência, é o que está mais propício de chegar ao sumo bem, que é a excelência entre os bens.

O homem praticando a sua atividade com excelência e a atividade do homem por excelência é o uso da razão em seu mais alto nível, ou seja, a razão vinculada à atividade da contemplação é o homem feliz. Assim Aristóteles confirma: “Mas a felicidade perfeita é uma atividade contemplativa[...]” (EN 1178b 5-10)



Referências Bibliográficas

- ARISTÓTELES - *Ética a Nicômaco*. Tradução de Leonel Vallandro. São Paulo 1994 – Abril S.A.
- ARISTÓTELES – *Metafísica*, Tradução de Vinzenzo Cocco, notas de Joaquim de Carvalho São Paulo 1994 – Abril S.A. Cultural.
- ARISTÓTELES – *Órganon*, Tradução de Edson Bini, Bauru, São Paulo 2005 1ª edição – EDIPRO. (Série Clássicos Edipro)
- KRAUT, R. ... (et al.) – *Aristóteles: A Ética a Nicômaco*. Tradução Alfredo Storck ... (et al.). Porto Alegre 2009 - Artmed
- NATALI, C. - *A Base Metafísica da Teoria Aristotélica da Ação*, *Analytica*, Rio de Janeiro, vol 1, número 3, 1996.
- PEREIRA, O. P. - *Ciência e Dialética em Aristóteles*, São Paulo: Editora UNESP, 2001. (Coleção Biblioteca de Filosofia)
- REALE, G. - *Aristóteles. História da Filosofia Grega e Romana Vol. IV*. Tradução Henrique Claudio de Lima Vaz e Marcelo Perine. São Paulo, 2007 – Edições Loyola
- ZILLIG, R. - *Dialética e o Método da Ética em Aristóteles*, *Journal of Ancient Philosophy* ISSN 1981-9471 - FFLCH/USP. <http://www.revistas.usp.br/filosofiaantiga/article/view/144093>. Acesso em 15 mar. 2019.
- ZINGANO, M. A. - *Eudaimonia, Razão e Contemplação na Ética Aristotélica*, *Analytica*, Rio de Janeiro, vol 21
- ZINGANO, M. A. - *Eudaimonia e Bem Supremo em Aristóteles*, *Analytica*, Rio de Janeiro, vol 1 nº 2, 1994



Anexo I

PLANO DE CURSO

DCH – Curso de Licenciatura em Filosofia

Orientador ----- Prof. Dr. André Chagas Ferreira de Souza

Aluno ----- Kelsomiller Campos Gomes

Data ----- 25/06/2019

Matrícula ----- 201510460

Sumário

- Introdução -----	1
- Aula 1 -----	2
- Aula 2 -----	5
- Aula 3 -----	6
- Aulas 4 e 5 -----	10
- Aulas 6 e 7 -----	15
- Aulas 8 e 9 -----	21
- Aula 10 -----	23



Introdução

Este plano tem o objetivo de contemplar o 1º bimestre letivo do ensino de Filosofia para alunos do 1º Ano do Ensino Médio, de uma escola pública média brasileira. Considerando que o ano letivo da disciplina possui 40 aulas de 50 minutos, esse bimestre contemplaria um total de 10 aulas. Com isso, essa é uma proposta que vai levar em consideração o fato de ser feita para ser apresentada para alunos do ensino médio de escola pública e que nunca estudaram filosofia, devendo-se considerar também, a realidade social e principalmente, o nível de ensino com que a enorme maioria desses alunos chegam ao Ensino Médio. Considerando tudo isso, o objetivo geral é mostrar um pouco da história da filosofia e como se deu o início das argumentações de modalidade filosófica. Os objetivos secundários são a apresentação e iniciação aos métodos e argumentações de três dos mais famosos filósofos da história: Platão, Aristóteles e Descartes. Há ainda o objetivo específico de tentar mostrar aos iniciantes no estudo de filosofia que o estudo dessa disciplina é uma oportunidade de propiciar ao aluno a possibilidade de aprender a exercer um pensamento rigoroso. Em suma, procura-se o desenvolvimento pessoal dos alunos com vistas em uma melhor qualidade reflexiva, permitindo-lhe uma maior autonomia crítica e moral.



Plano de curso

Aula 1

1 - Resumo da proposta de aula

Sabemos que a filosofia, é uma disciplina que por várias características, como por exemplo sua história milenar e sua complexa interdisciplinaridade, entre outras coisas, é de difícil conceituação. Ela parece englobar todos os ramos do conhecimento, pois parece poder “se meter” em qualquer área, ao mesmo tempo parece não pertencer a nenhum campo específico. Talvez seja por isso que ela é vista por uma grande maioria das pessoas comuns, como uma espécie de carro chefe das ciências ditas como humanas. Sabemos que a expressão “filosofar” é comum no vocabulário popular, mas também sabemos, através da Base Nacional Comum, que a grande maioria dos alunos, não fazem ideia do que se estuda em um curso de filosofia até o início do Ensino Médio.

Pensando em apresentar a filosofia para alunos que se iniciam diretamente nesse assunto, essa primeira aula visa estimular a curiosidade e a imaginação deles, não necessariamente com o foco na filosofia “em si”, mas, quanto ao que possa vir a ser o estudo filosófico. O objetivo é iniciar o aluno para o aprendizado em filosofia, sem apresentar diretamente os conceitos filosóficos. Com o intuito de aguçar a imaginação e a reflexão sobre curiosidades que podem enganar nossos sentidos e nos dar pontos de vista diferentes. É mostrar, na prática, que esses pontos de vista, nos fazem formular conceitos, os quais podem ser diferentes em cada indivíduo. Como também, mostrar que podemos mudar nossos conceitos assim que tomamos posse de novas informações, sendo que as mesmas podem ser repassadas diretamente por outrem ou podem surgir por meio de uma discussão sobre os conceitos formados.

2 – Material a ser usado

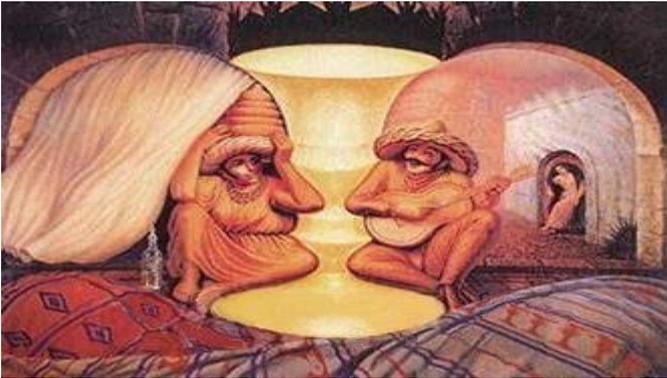
Projeter de slides.

3 – Metodologia

Aula expositiva com a apresentação de slides sobre o tema e em cada slide, discutir sobre alguma coisa que tocou a curiosidade dos alunos.

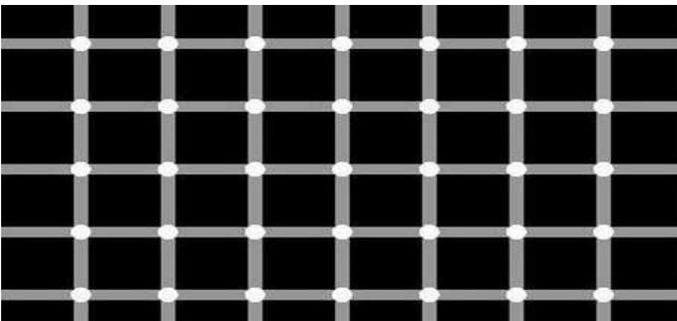
Slide 1

O que os alunos conseguem observar nessa imagem?



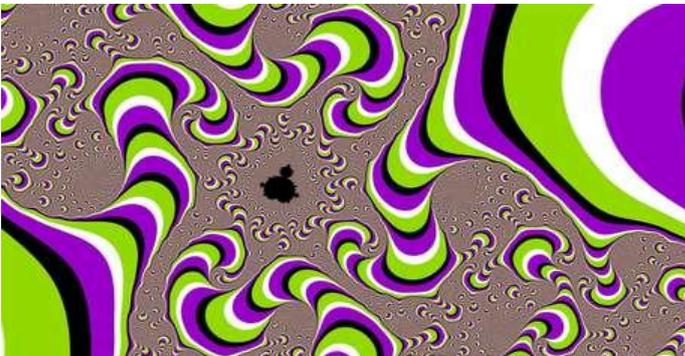
Slide 2

Tentar contar os pontos pretos da imagem.



Slide 3

Fixar os olhos na imagem. Impressão de movimento.



Slide 4

Observe a imagem. O que os alunos veem nessa foto?





Após os slides discutir em sala

- 1- Primeiro conceito que cada aluno teve sobre cada imagem.

Perguntar o que eles pensaram ou viram, logo na primeira vez que foi apresentada a imagem.

Discussão: podemos nos enganar.

- 2- Com certeza vários alunos terão um primeiro conceito sobre as imagens.

Discussão: pensamos, vemos e sentimos de maneiras diferentes. Isso porque somos seres humanos e vários fatores influenciam para essas diferenças.

- 3- Sobre os pontos pretos.

Discussão: é muito confuso, não conseguimos entender direito o que está acontecendo. Mas ao ser perguntado se podem contar os pontos pretos tentamos, de algum forma, contá-los. Porém quem tem o conhecimento de que não existem pontos pretos e que aquilo é uma ilusão, nem perde o seu tempo tentando. Após essa informação, vemos a figura com outros olhos, pois temos um novo conceito sobre ela.

- 4- Após essas discussões repassar as imagens e pedir para que pensem novamente sobre o que veem.

Discussão: As imagens possuem novos sentidos? Possuem novas ideias? Pensaram ou lembraram de outras imagens? Pensaram em que? Como chegaram a isso?

Algumas respostas esperadas: discussão, troca de ideias, avaliação, reflexão, novos conhecimentos, novos conceitos, etc.

Texto final.

Ao ver essas imagens pela primeira vez, nossa primeira impressão é uma, mas ao analisarmos com mais calma cada imagem começamos a perceber coisas que não havíamos notado à primeira vista. Ao discutir com a turma, ao receber novas informações e ao refletir sobre tudo que se passou, formamos novos conceitos e tivemos novas ideias.

Assim como as próprias ilusões de ótica, esta aula, pode à primeira vista, até parecer uma aula sobre ilusões de ótica, mas é sobre filosofia. Isso porque, assim como as ilusões de ótica, a filosofia nos convida para buscar novos olhares, porém estes, sobre a vida e também para refletirmos sobre o mundo. Mas filosofar não é somente pensar sobre esses assuntos. Aliás, discutir, pensar, refletir, tirar novas conclusões e criar novos conceitos, fazer novas escolhas e tomar decisões difíceis, já fazem parte de nosso cotidiano e poderíamos chamar isso de apenas viver. A filosofia que é estudada, é uma filosofia mais complexa, onde a reflexão deve ser feita de maneira rigorosa, argumentativa e coerente, buscando a compreensão da realidade, seja



através da história da filosofia, seja através de reflexões sobre o presente. Isso implica o desenvolvimento da capacidade de perceber, problematizar, refletir, conceituar e argumentar de forma mais apurada, tanto sobre os textos lidos quanto sobre os fatos cotidianos.

4 - avaliação

Escreva um texto, em sua casa, refletindo um pouco sobre o que poderia ser a filosofia e o que você acha que poderia distinguir a filosofia de outros tipos de disciplinas.

Aula 2

1 - Resumo da Proposta de Aula

A aula é sobre o nascimento da filosofia. O objetivo é ter uma visão geral de como eram as primeiras teses filosóficas na Grécia antiga e com isso, formar uma pequena base para compreender alguns dos problemas que envolveram a filosofia platônica e o porquê das discussões com os sofistas. Mas para tal, é necessário entender um pouco como era a filosofia pré-socrática e como esses primeiros filósofos influenciaram a filosofia grega posterior. Com a apresentação de cada uma e

2 – Material a ser usado

Projektor de slides, com o texto a ser lido e comentado na sala.

3 – Metodologia

Aula expositiva com a apresentação do texto de forma oral, sendo que durante a leitura do texto, deverão ser feitas pausas para interações com os alunos.

Texto

Na antiga Grécia, por volta do século VI a.c., começaram a surgir os primeiros filósofos. Esses homens começaram a interrogar e a buscar respostas sobre o mundo por meio do uso da razão e não por meio de explicações mitológicas ou divinas. Ou seja, eles não aceitavam mais as simples explicações dogmáticas ligadas as crenças e começaram a argumentar sobre todas as questões, buscando explicações racionais para os fenômenos. Esses homens formam um grupo de filósofos que existiram antes de Sócrates, são os chamados pré-socráticos e foram eles que impulsionaram a atividade de filosofar. São chamados assim, devido a uma classificação histórica feita para aquele período em que a figura de Sócrates é tida como referência.



Os Pré-socráticos começaram a indagar sobre o conceito de movimento que basicamente possuía um significado de mudança de lugar, ou qualquer tipo de alteração que vai desde a geração, aumento, diminuição ou deterioração. Mas eles também questionavam o porquê de aparentemente algumas coisas na realidade permanecem as mesmas. Com isso eles procuravam entender o fundamento das coisas, ou seu princípio para poder explicá-las. Assim nasceram os problemas filosóficos; uma busca, com novas indagações, para novas explicações, sobre a realidade e que racionalmente admitem questionamentos e indagações. Com isso, eles buscaram explicações racionais rigorosas, e não aceitavam mais todas as já estabelecidas explicações míticas, que eram usadas sobre todas as coisas que não se podiam explicar.

Alguns Pré-socráticos: Tales de Mileto – (640-548 a.c.), - Anaximandro – (610-547 a.c.), - Anaximenes – (588-528 a.c.), - Empédocles – (490-432 a.c.), - Pitágoras – (século IV a.c.), - Heráclito – (534-475 a.c), - Parmênides (530-460 a.c)

Conclusão

Esses foram apenas alguns dos pré-socráticos e suas discussões serviam para estimular elaborações cada vez mais sofisticadas sobre todos os assuntos. Sabe-se que eram filósofos que centravam suas investigações na natureza, no mundo físico e todos eles eram considerados sábios. Eles porém estudavam todo tipo de conhecimento como: matemática, política, geografia, astronomia, etc. e representaram o início de uma nova maneira de ver o mundo.

4 - avaliação

Em casa, faça uma pesquisa (leitura) sobre a Grécia antiga e o que era a mitologia grega, após a leitura, construa um pequeno texto explicando a diferença entre mitologia e filosofia.

Obs: devido ao pouquíssimo tempo em sala de aula, uma estratégia interessante é solicitar tarefas simples, que possam ser usadas como complemento da aula. Essas tarefas podem valer uma determinada porcentagem de pontos ao final do bimestre.

Aula 3

1 - Resumo da Proposta de Aula

Introduzir as filosofias de Platão e Aristóteles, mostrando de forma simplificada suas principais características e conseqüentemente o início de diferenças e semelhanças entre essas filosofias. Essa aula tem o objetivo de servir de preparação para as próximas aulas, em que serão expostos e discutidos, de forma genérica, os métodos desses filósofos.

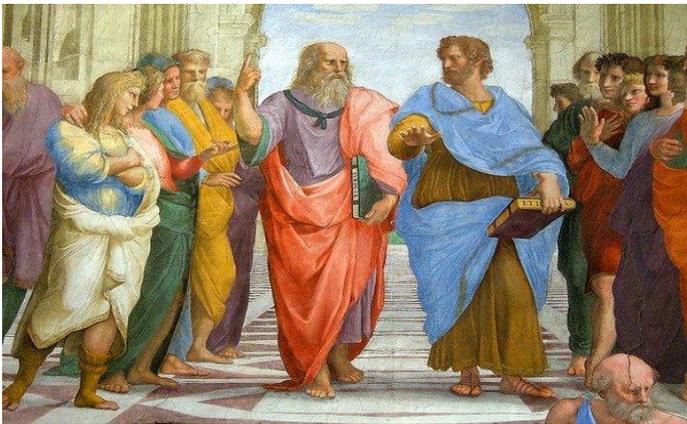
2 – Material a ser usado

Cópia do texto entregue aos alunos. Com slides do mesmo texto para acompanhamento na aula.

3 – Metodologia

Aula expositiva com a apresentação de slides do texto e discussão do texto na medida em que for feita a leitura.

Texto



"A Escola de Atenas ("Scuola di Atenas" no original) é uma das mais famosas pinturas do renascentista italiano Raffaello e representa a Academia de Platão. Foi pintada entre 1509 e 1510 na "Stanza della Segnatura" sob encomenda do Vaticano. A obra é um afresco em que aparecem ao centro Platão e Aristóteles. Platão segura o Timeu e aponta para o alto, sendo assim identificado com o ideal, o mundo inteligível. Aristóteles segura a Ética e tem a mão na horizontal, representando o terrestre, o mundo sensível." (<http://www.sabercultural.com>)

Essa é uma pintura que faz uma espécie de resumo artístico da filosofia grega, mas o que seriam esses mundos diferentes entre os dois grandes filósofos mostrados na pintura?

A história da filosofia foi dividida em grandes áreas de acordo com os tipos de concepções sobre o conhecimento. Essas áreas podem variar de acordo com o tipo de visão sobre as teorias do conhecimento e de acordo com o tamanho do recorte histórico que se quer dar, mas basicamente, pode-se dizer que as principais concepções teóricas são: o idealismo, realismo, racionalismo, empirismo, idealismo crítico, pragmatismo e fenomenologia.



Aristóteles pode ser considerado um representante do realismo e Platão do idealismo. Daí a mostra do quadro em que Platão aponta para cima enquanto Aristóteles parece indicar o contrário.

O idealismo platônico tinha como principais características: a dialética, a teoria das ideias, a reminiscência, a imortalidade da alma e a aversão ao mundo sensível.

Já o realismo aristotélico, possui como principais características: a teoria da causas, demonstração, primeiros princípios, substância e realidade, universais e mundo sensível como primeiro grau do conhecimento.

É claro que esses enumerados de características não fazem jus, nem de perto, ao que é a filosofia de dois dos maiores filósofos da história e que, como tal, são estudados há mais de dois mil anos, porém eles nos ajudam a entender um pouco da diferença filosófica entre eles.

Platão

Nasceu em Atenas, por volta de 428 a.c., e era membro de uma aristocrática e ilustre família. Descendia dos antigos reis de Atenas, de Sólon e era também sobrinho de Crítias (460/403) e Cármides, dois dos "Trinta Tiranos" que governaram Atenas em -404. Lutou na *Guerra do Peloponeso* (guerra entre as cidades de Esparta e Atenas, que envolveu toda a região do Peloponeso), entre 409 e 404. A admiração por Sócrates, que conheceu em algum momento desse período, foi decisiva em sua vida.

Sua teoria principal era a teoria das ideias, em que basicamente, para ele, o verdadeiro ser é constituído pela realidade inteligível, mas para chegar a isso Platão percorreu o caminho que envolvia a filosofia pré-socrática.

O pré-socráticos nunca conseguiram resolver os conflitos, que envolveram as argumentações, que culminaram com os problemas da multiplicidade e da unidade do ser. Eles conseguiram grandes avanços em relação a mitologia, mas não conseguiram entender a totalidade do ser. E para conseguir resolver esses problemas, que só causaram mais controvérsias, inclusive com o aparecimento dos sofistas, Platão então, com sua dialética, criou a teoria da formas, ou ideias.

As causas, muitas debatidas pelos pré-socráticos, de natureza não física, Platão denominou de ideias e para ele elas não são simples conceitos ou representações, elas seriam realidades inteligíveis. Essas realidades inteligíveis é que constituem o verdadeiro ser, o ser por excelência, ou seja, essas ideias é que são a essência das coisas. Com isso, o mundo físico, ou sensível, passou a ser uma imitação do mundo verdadeiro e como uma imitação, esse mundo não pode fornecer a verdade e apenas nos conduz ao erro.



Aristóteles

Aristóteles (384 - 322 a.c.) foi um filósofo grego, aluno de Platão e professor de Alexandre, o Grande. Seus escritos abrangem diversos assuntos, como a física, a metafísica, as leis da poesia e do drama, a música, a lógica, a retórica, o governo, a ética, a biologia e a zoologia. Juntamente com Platão e Sócrates, Aristóteles é visto como um dos fundadores da filosofia ocidental. Em 343 a.C. torna-se tutor de Alexandre da Macedônia, na época com treze anos de idade, que será o mais célebre conquistador do mundo antigo. Em 335 a.C. Alexandre assume o trono e Aristóteles volta para Atenas onde funda o Liceu.

Aristóteles tinha um estilo bem diferente de Platão, ele sistematizou a filosofia distinguindo temas e problemas segundo sua natureza e ao contrário de seu mestre, acreditava que o início do conhecimento era pelo mundo sensível. Ele separou os problemas do saber filosófico em temas: metafísica, física, psicologia, ética, política, estética e lógica.

A filosofia aristotélica define o conhecimento em vários graus: sensação, memória e experiência, como partes do conhecimento mais primário, o conhecimento dos particulares. Sendo que o conhecimento se inicia na sensação, depois para a memória e por fim na experiência, mas também existem os níveis superiores da qual fazem parte a arte e a ciência, que integram o conhecimento dos universais. Todos esses conhecimentos são dependentes um do outro na ordem posta acima, ou seja, para se ter experiência, por exemplo, seria necessário primeiro sensação e memória e para se ter arte e posteriormente ciência, é necessário a experiência. Aristóteles define a arte como sendo o conhecimento de um único universal tirado dos casos particulares semelhantes conhecidos pela experiência. Ou como ele define na *Ética a Nicômaco* (1140a), em que a arte seria “uma capacidade raciocinada de produzir” o que envolveria o raciocínio correto, mas não a ação propriamente dita. Enquanto a ciência, ou seja a filosofia, seria o conhecimento das teorias dos princípios e das causas primeiras. Mas arte e ciência, detêm o conhecimento das causas, possuem o conhecimento das teorias e não são apenas uma aptidão prática como os demais níveis de conhecimento, sendo que isso as faz superiores aos outros tipos de conhecimentos.

Com isso podemos concluir que o conhecimento se inicia nos sentidos, mas o conhecimento teórico, que exige o conhecimento das causas e dos princípios, é que constitui o verdadeiro conhecimento e é a ciência desse saber é que constitui a filosofia.

4 – Avaliação

Escreva sobre a principal diferença de pensamento entre as filosofias de Platão e Aristóteles.



Aula 4 e 5

1 - Resumo da Proposta de Aula

Essa é uma proposta para ser realizada em duas aulas, uma vez que a metodologia é fazer a leitura, comentários e possíveis interpretações dos trechos transcritos juntamente com os alunos.

O objetivo é apresentar a filosofia platônica de forma inicial, dando ênfase para sua disputa com os sofistas. O objetivo é que o aluno conheça um pouco do método dialético de Platão e, para tal, serão utilizados alguns trechos do diálogo *Menon*, com o objetivo de mostrar ao aluno como se dava a dinâmica platônica da reminiscência.

Os slides com cópias dos textos para a leitura e análise, também servem para ajudar a dar alguma concretude ao modo de apresentação. Nesse caso, apresentando partes do próprio texto de Platão, o objetivo é tentar aproximar o aluno do autor, estimulando a leitura, entendimento e reflexão, com base nas próprias palavras de Platão.

2 – Material a ser usado

Cópia do texto entregue aos alunos. Com slides do mesmo texto para acompanhamento na aula.

3 – Metodologia

Aula expositiva com a apresentação e discussão do texto.

Apresentação da aula

Platão

Na época de Platão, a filosofia tentava a normatização do conhecimento e estabelecer um limite para esse conhecimento, ou seja, a discussão girava em torno da ideia: se o conhecimento é possível e como ele é possível. A pergunta que se fazia era se é possível um conhecimento absoluto ou se tudo o que podemos conhecer não passa de mera opinião. Se fosse assim, essas opiniões poderiam ser refutadas a qualquer momento, uma vez que o conhecimento era relativo. Essa era a principal dúvida dos filósofos antigos, mas para Platão, esse conhecimento era possível, e em um sentido imutável e absoluto. Porém, alguns ainda colocavam isso em dúvida, eram os chamados sofistas.



Para Platão, os sofistas faziam um discurso retórico e baseado na aparência e eles não se importam com o que é justo ou injusto, usando da persuasão apenas para satisfazer suas necessidades. Enquanto que o bom discurso, é feito pautado na verdade, na busca pelo conhecimento verdadeiro, que só pode ser alcançado pelo método dialético. Esse método consiste basicamente em determinar com precisão o assunto a ser tratado, em um processo de divisões e aproximações até atingir o indivisível. “*Conhecer a verdade de cada coisa de que se fala ou escreve*”, escreveu Platão no diálogo Fedro (277c). É um método que funciona melhor oralmente, pois assim, quando empregado da maneira correta, por dois sábios que se orientam pela razão, pode-se chegar aos limites da discussão e conseqüentemente as respostas para as perguntas iniciais. Após isso, segundo Platão ainda no diálogo, com o conhecimento gerado, é possível se escrever um discurso, pois assim, o próprio discurso é capaz de se defender sozinho, mesmo sendo a escrita apenas uma imagem ou sombra, do conhecimento verdadeiro.

No diálogo *Menon*, Platão mostra uma resposta aos sofistas, ela seria de como, e em que, se baseia o conhecimento. Para Platão, a dialética era um meio para se chegar ao conhecimento, e este já existe na alma imortal. Sócrates e o jovem Menon, discípulo de Górgias um famoso sofista, são os personagens do diálogo.

Na passagem abaixo (72), Sócrates pergunta a Menon o que seria a virtude e este responde:

“Mas não é difícil dizer, Sócrates. Em primeiro lugar, se queres que eu diga qual é a virtude do homem, é fácil dizer que é esta a virtude do homem: ser capaz de gerir as coisas da cidade, e, no exercício dessa gestão, fazer bem aos amigos e mal aos inimigos, e guardar-se ele próprio de sofrer coisa parecida. Se queres que diga qual é a virtude da mulher, não é difícil explicar que é preciso a ela bem administrar a casa, cuidando da manutenção de seu interior e sendo obediente ao marido. E diferente é a virtude da criança, tanto a de uma menina quanto a de um menino, e a do ancião, seja a de um homem livre, seja a de um escravo. E há muitíssimas outras virtudes, de modo que não é uma dificuldade dizer, sobre a virtude, o que ela é. Pois a virtude é, para cada um de nós, com relação a cada trabalho, conforme cada ação e cada idade; e da mesma forma, creio Sócrates, também o vício.”

Sobre a resposta de Menon, podemos lembrar dos pré-socráticos, que procuravam um tipo de princípio. Era isso que Sócrates queria achar, uma essência e não uma multiplicidade como Menon respondeu. Sócrates coloca em dúvida todas as respostas de Menon sobre o que seria virtude, fazendo Menon reformular sempre a sua resposta, até mesmo saindo do assunto diretamente. Vejamos mais um trecho (78d):

“SO. Vejamos pois também isso, se estás certo no que dizes. Pois talvez tenhas razão. Afirmas que a virtude é ser capaz de conseguir as coisas boas? MEN. Afirmo sim. SO. E o que chamas coisas boas não são coisas como a saúde e a riqueza? MEN. Quero dizer também obter ouro e prata, e honras e postos de comando na cidade. SO. Aquelas que dizes serem as coisas boas não são outras senão as desse tipo? MEN. Não, mas sim digo serem boas todas as coisas desse tipo. SO. Pois seja. Conseguir



ouro e prata é pois virtude, segundo diz Menon, o hospede, por herança paterna, do grande rei. Acrescentas, a esse conseguir, que isso seja feito de maneira justa e de maneira pia, ou absolutamente não te importa e, ainda que alguém os consiga de maneira injusta, chamaras isso, de modo semelhante, virtude? MEN. Certamente não Sócrates. SO. Mas sim vício. MEN. com toda certeza. SO. Logo é preciso, segundo parece, que junto a esse conseguir esteja justiça, ou prudência, ou piedade, ou outra parte qualquer da virtude. Senão não será virtude, ainda que conseguindo coisas boas. MEN. Como pois poderia ser virtude sem essas coisas? SO. E não procurar ouro e prata quando não for justo nem para si próprio nem para outrem, não é virtude também esse não conseguir? MEN. É evidente. SO. Logo conseguir tais bens em nada seria mais virtude que não conseguir; mas, segundo parece, aquilo que se fizer sem todas as coisas desse tipo será vício. MEN. Parece-me ser necessariamente como dizes.”

Com isso Sócrates questiona todas as noções de virtude ditas por Menon, até fazê-lo confessar que não sabe o que é virtude. (80)

São os momentos da dialética em que Sócrates conduz o diálogo e força o interlocutor a reconhecer suas limitações, mostrando as contradições no discurso do interlocutor, até convencê-lo de que não conhece verdadeiramente sobre o assunto que está falando.

“MEN. Sócrates, mesmo antes de estabelecer relações contigo, já ouvia dizer que nada fazes senão caíres tu mesmo em aporia, e lebares também outros a cair em aporia. E agora, está-me parecendo, me enfeitiças e drogas, e me tens simplesmente sob completo encanto, de tal modo que me encontro repleto de aporia. E se também é permitida uma pequena troça, tu me pareces, inteiramente, ser semelhante, a mais não poder, tanto pelo aspecto como pelo mais, à raia elétrica, aquele peixe marinho achatado. Pois tanto ela entorpece quem dela se aproxima e a toca, quanto tu pareces ter-me feito agora desse tipo. Pois verdadeiramente eu, de minha parte, estou entorpecido, na alma e na boca, e não sei o que te responder. E, no entanto, sim miríades de vezes, sobre a virtude, pronunciei numerosos discursos, para multidões, e muito bem, como pelo menos me parecia. Mas agora, nem sequer o que ela é, absolutamente, sei dizer.”

Sócrates mostra um pouco de uma técnica que compõe a dialética, que consiste em deixar o diálogo chegar a uma aporia, ou seja, dúvida racional decorrente da impossibilidade objetiva de obter resposta ou conclusão para uma determinada indagação filosófica. Diz Sócrates (80d)

“SO. Para que eu, por minha vez, faça uma comparação contigo. Pois uma coisa eu sei sobre todos os belo: que se regozijam em comparações que se fazem com eles – é que isso lhes é vantajoso, pois que também são belas, creio, as imagens dos belos -; mas eu de minha parte, não apresentarei uma comparação contigo. Quanto a mim, se a raia elétrica, ficando ela mesma entorpecida, é assim que faz também os outros entorpecer-se, eu me assemelho a ela; se não, não. Pois não é sem cair em aporia eu próprio mais que todos, é assim que faço também cair em aporia os outros. Também agora, a propósito da virtude, eu não sei o que ela é; tu entretanto talvez anteriormente soubesses, antes de me ter tocado; agora porém estás parecido q quem não sabe. Contudo, estou disposto a examinar contigo, e contigo procurar o que ela possa ser.”



Como não conseguiram chegar a um consenso, Menon então tenta usar de sua retórica como sofista e dizer que o conhecimento não é possível.

“MEN. E de que modo procurarás, Sócrates, aquilo que não sabes absolutamente o que é? Pois procurarás propondo-te procurar que tipo de coisa, entre as coisas que não conheces? Ou, ainda que, no melhor dos casos, a encontres, como saberás que isso que encontrastes é aquilo que não conhecias?”

Nesse momento do diálogo, Sócrates revela a sua ideia de reminiscência que se baseia em uma alma imortal, essa ideia irá contra a sofisma transcrito acima. Sendo que o objetivo não é mostrar o que é virtude e sim, que o conhecimento existe e que é possível chegar a ele. Vejamos mais um trecho (81)

Nesse trecho o diálogo continua com Sócrates demonstrando como funciona sua reminiscência, aplicando a técnica em um escravo, o que não será visto aqui, uma vez que a técnica já estava sendo aplicada no próprio Menon sem ele se dar conta. Para Sócrates, o conhecimento já possui uma pré-existência na alma e pode ser rememorado por meio da dialética. E a dialética consiste em uma discussão onde as teses dos interlocutores vão se opondo de maneira sistemática. Normalmente essas teses começam com a chamada “doxa” ou opinião popular, do vulgo, baseadas no mundo sensível.



“SO. Os que falam são todos aqueles entre os sacerdotes e sacerdotisas a quem foi importante poder dar conta das coisas a que se consagram. E também fala Píndaro e muitos outros, todos os que são divinos entre os poetas. E as coisas de que falam são estas aqui. Examina se te parece que falam a verdade. Dizem eles pois que a alma do homem é imortal, e que chega ao fim e eis aí o que se chama morrer, e ora nasce de novo, mas que ela não é jamais aniquilada. É preciso pois, por causa disso, viver da maneira mais pia possível. Pois *aqueles de quem*

*Perséfone a expiação por uma antiga falta
tiver recebido, ao sol lá em cima,
no nono ano, as almas desses ela de novo envia,
e dessas almas, reis ilustres
e homens impetuosos pela força ou imensos
pela sabedoria se elevam. E pelo resto dos tempos, como
heróis ímpolutos são invocados pelos homens.*

Sendo então a alma imortal e tendo nascido muitas vezes e tendo visto tanto as coisas que estão aqui quanto as que estão no Hades, enfim todas as coisas, nada impede que não tenha aprendido; de modo que não é nada de admirar, tanto com respeito à virtude quanto ao demais, se possível a ela lembrar aquelas coisas justamente que antes já conhecia. Pois sendo a natureza toda congênera e tendo a alma aprendido todas as coisas, nada impede que os homens chamam aprendizado, essa pessoa descubra todas as outras coisas, se for corajosa e não se cansar de procurar. Pois, pelo visto, o procurar e o aprender são, no seu total, uma lembrança. Não é preciso então convencer-se daquele argumento erístico; pois, ele nos tornaria preguiçosos, e é aos homens indolentes que ele é agradável de ouvir, ao passo que este outro argumento faz-nos diligentes e inquisidores. Confiando neste como sendo o verdadeiro, estou disposto a procurar contigo o que é virtude.”

Sócrates comanda o diálogo e conduz o interlocutor a perceber as suas próprias contradições e rever suas próprias convicções, através de argumentações e refutações, que vão conduzindo e purificando cada vez mais os argumentos apresentados. Com o decorrer do diálogo essas opiniões vão sendo apuradas de tal maneira, que aos poucos saem do mundo sensível e se aproximam cada vez mais do mundo inteligível. Porém é necessário dizer que isso não significa que, para Platão, o conhecimento se inicia no mundo sensível, esse é um método que faz com que as pessoas transponham o mundo sensível, para alcançar o mundo do verdadeiro conhecimento que é o inteligível.

A dialética “é o caminho que nos conduz das sensações, das percepções, das imagens e das opiniões à contemplação intelectual do ser real das coisas, à ideia verdadeira, que existe em si mesma no mundo das puras ideias ou no mundo inteligível.” (CHAUÍ, M. *Convite à Filosofia*)

4 - avaliação

Descreva qual a opinião de Platão sobre os sofistas.

Platão pensava que o conhecimento da verdade pertencia ao mundo sensível ou inteligível? Explique.



Aula 6 e 7

1 - Resumo da Proposta de Aula

Apresentar um panorama da filosofia aristotélica com base na demonstração como método científico empregado para se chegar ao conhecimento. Esse tipo de apresentação sobre Aristóteles foi escolhido, porque através do método demonstrativo pode-se mostrar algumas das teorias aristotélicas como pano de fundo. Conhecimento sensível, universais, as quatro causas e primeiros princípios. Com isso espera-se que o aluno possa aprender um pouco sobre Aristóteles. A aula é planejada para ser dividida em duas partes justamente pela complexidade dos temas abordados e das consequentes explicações em torno de algumas das mais importantes teses aristotélicas que serão expostas no texto. Contudo, não pretende-se aqui, abordar sistematicamente nenhuma de suas teses, o objetivo é apenas uma apresentação geral para conhecimento inicial de temas relacionados a filosofia aristotélica.

2 – Material a ser usado

Cópia do texto entregue aos alunos. Com slides do mesmo texto para acompanhamento na aula.

3 – Metodologia

Aula expositiva com a apresentação de slides do texto e discussão do texto na medida em que for feita a leitura.

Texto

O conhecimento científico para Aristóteles é aquilo que é verdadeiro e pelo qual não tenho a menor dúvida e esse conhecimento pode ser alcançado pelo método da demonstração.

“Todo o ensino e toda a instrução intelectual procedem de conhecimento pré-existente. Isso é evidenciado se examinarmos todos os distintos ramos do saber, porque tanto as ciências matemáticas quanto qualquer outra arte são adquiridas dessa forma.” (Organon, Aristóteles, analíticos posteriores, livro I, 71a1.)

Esse é o primeiro parágrafo do Livro I dos Analíticos Posteriores e indica um pouco do que Aristóteles pensa sobre como a ciência deve ser entendida, ou seja, é necessário um conhecimento preliminar, para que se possa fazer ciência. Porém esse conhecimento preliminar ao qual Aristóteles se refere é diferente do conhecimento preliminar que Platão defendia. Platão



buscava uma resposta aos sofistas através do método dialético usando a teoria da reminiscência e com isso ele tentava mostrar a distinção entre o filósofo e os sofistas. Aristóteles já encaminha a questão para outro nível, e mostra-se diferente na maneira de buscar o conhecimento, tanto em relação aos sofistas, quanto aos dialéticos. Ele vai ampliar a discussão e conseqüentemente os estudos sobre o conhecimento. Ele buscará o conhecimento no modo mais elementar, que é na sensação, para ele, a sensação, comum a todos os animais, já é uma forma de conhecimento. Ele pensava de uma forma diferente de Platão, que rejeitava o conhecimento do chamado mundo sensível, que para ele não passava de mera opinião e não poderia levar ao conhecimento da verdade.

O método de Aristóteles

Em seu livro *Órganon*, Aristóteles busca mostrar um tipo de regra que possa levar a um conhecimento científico e ao mesmo tempo servir de base para todas as ciências. Essa regra, que será a demonstração, para ser desenvolvida, precisa ser alimentada por dados preliminares bem trabalhados e consistentes, procedentes de raciocínios que devem ser desenvolvidos conforme regras bem estabelecidas. A demonstração é tipo de silogismo, um raciocínio dedutivo estruturado formalmente a partir de duas proposições (premissas), das quais se obtém por inferência uma terceira (conclusão), porém, para esse silogismo ser considerado demonstração, ele precisa ser perfeito e para atingir essa perfeição, ele precisa obedecer certos requisitos.

Para Aristóteles, o conhecimento, é aquilo pelo qual não posso ter a menor dúvida, ou seja, ele deve ser conseguido através da demonstração. Mas para não se ter a menor dúvida do conhecimento alcançado, algumas coisas são indispensáveis, como a causa, a necessidade e os primeiros princípios. Esses são conceitos chave para que a demonstração não se torne apenas um silogismo comum. Para Aristóteles, demonstrando-se a causa e necessidade de uma coisa, o conhecimento da mesma, não poderá ser diferente daquilo que e assim pode-se obter o conhecimento científico.

Silogismo – dedução – indução

Para obter as respostas, ele vai trabalhar com os silogismos, que são basicamente argumentos lógicos, ou seja, cálculos de enunciados constituídos de proposições, ou premissas, de onde se chega a uma conclusão, que seria uma nova verdade em relação às premissas que a antecederam. Premissa é uma proposição que afirma ou nega algo de alguma coisa, podendo ser universal, particular ou indefinida.



A relação de necessidade entre premissas e conclusão, Aristóteles chama de dedução, porém a dedução não fornece todos os dados que é preciso para ser realizada. Para se ter uma dedução, é preciso trabalhar com a indução, que é uma depuração de aspectos contingenciais, ou seja, de aspectos que podem ou não ocorrer. Essa indução é que vai me proporcionar, uma passagem evidente de um objeto particular contingente, para o universal. “Diz-se universal aquilo que, por natureza, pertence a uma multiplicidade de coisas” (Metafísica 1038b 10).

Já a dedução, vai mostrar a verdade sobre aquele fato e também o porquê daquela verdade concluída, sendo que essa conclusão também poderá ser utilizada para novas deduções.

Primeiros Princípios

Aristóteles tenta mostrar que a demonstração é um tipo de silogismo que poderá ser usado por todas as ciências e desse modo elas podem chegar a verdade sobre a coisa estudada. Para isso é preciso que haja os primeiros princípios, esses princípios possuem a característica de serem os primeiros de uma cadeia de princípios lógicos. Não é necessário demonstrar um primeiro princípio, ele já se demonstra racionalmente e logicamente por si mesmo e como todos os primeiros princípios são verdades indemonstráveis, a demonstração silogística deve obedecê-los e respeitá-los.

1 - princípio de não contradição, que diz basicamente que proposições contraditórias não podem ser verdadeiras simultaneamente; princípio de identidade, que determina que uma proposição é sempre igual a ela e o princípio do terceiro excluído, que não dá uma terceira opção diante da veracidade ou falsidade da proposição.

2 - Requisitos necessários para se fazer a demonstração científica: “O conhecimento demonstrativo tem que proceder de premissas que sejam verdadeiras, primárias, imediatas, melhor conhecidas e anteriores à conclusão e que sejam causa desta.” (Organon, Aristóteles, analíticos posteriores, livro I, 71a20.)

O que ele mostra, nesse caso, é que o conhecimento demonstrativo parte de conhecimentos verdadeiros já existentes, o que é diferente do silogismo de um modo geral, que pode ser aplicado em condições que não condizem com a afirmação acima, porém, para se obter demonstração, essas condições são necessárias. Como as premissas precisam ser verdadeiras, Aristóteles se utiliza de uma maneira muito constante dos exemplos de princípios matemáticos.

3- Princípios matemáticos: são princípios verdadeiros, primários e são um conhecimento anterior e imediato; exemplos perfeitos de conhecimento científico que são demonstráveis por si mesmo.



4 - As premissas: não necessitam de demonstração, são originárias e indemonstráveis. Motivo: se forem usadas premissas que precisam de uma demonstração, a regressão ao infinito é inevitável, não havendo assim, como se chegar a um conhecimento científico algum.

As quatro causas

O conhecimento da causa também é tido como parte do conhecimento anterior, pois só conhecemos uma coisa, através da sua causa, sendo que no silogismo perfeito as premissas precisam ser a causa da conclusão. Se a filosofia é o conhecimento da verdade, para se ter esse conhecimento mais elevado, é preciso conhecer as causas e esses princípios causais, podem ser aplicados em diversas situações. Quando Aristóteles fala em causa, ele identifica um número de quatro causas, em que ele trabalha principalmente na *Física e Metafísica*.

1 - Causa é o termo médio usado na demonstração, esse termo médio deve pertencer a todas as premissas da demonstração e é ele que vai fazer com que a demonstração funcione corretamente e por isso a definição da causa necessita de precisão.

As 4 causas:

- Material: uma estátua, cuja causa material seria o mármore do qual ela é feita.
- Formal: o delineamento do mármore da estátua que faz aquela coisa ser o que é.
- Eficiente: o próprio escultor, ou seja é o princípio do movimento.
- Final: o motivo pelo qual aquela coisa é algo e no caso da estátua, poderia ser para a exibição.

Universais

Quando ele fala em algo anterior, para efeito de demonstração, ele se refere ao conhecimento do universal. Esse conhecimento anterior é o conhecimento dos primeiros princípios e esses princípios precisam ser universais. Aquilo que está mais próximo de nossos sentidos é o mais fácil de se conhecer, esse é o conhecimento dos particulares, isso porque estão mais próximos da nossa percepção, porém os conceitos universais ou absolutos, são os conceitos que importam no momento de se buscar a verdade. Isso porque, o que é universal, não sofre corrupção como os seres sensíveis, do nosso mundo material e diferentemente do particular, o conhecimento do universal é um conhecimento imutável. Ou seja, quanto mais universalizado for o conceito daquele ser em questão, mais próximo do conhecimento da essência do objeto se chega, e conhecer uma coisa, é conhecer sua causa e conseqüentemente conhecer sua essência. Aristóteles chama de definição, a frase que indica a essência de alguma coisa.

Conhecimento sensível e dialética



No entanto quando se fala de todas as possibilidades do conhecimento, se depara com o problema de que nem tudo pode ser um princípio verdadeiro, universal ou absoluto, do qual se pode montar a demonstração científica. Se a causa deve ser usada como um termo médio na demonstração, para se chegar a esse ponto, também é preciso trabalhar com o mundo material, ou seja, não apenas com o necessário (universal), mas também o contingente. A demonstração, também vem de uma depuração de aspectos contingenciais, ou seja, de opiniões e hipóteses que precisam ser debatidas de uma maneira dialética para se chegar a uma indução e posteriormente a uma dedução. Como já dito no início, a indução, mesmo chegando ao universal, não tem caráter de necessidade, pois fornece pressupostos fracos para uma premissa demonstrativa, por isso a dialética de Aristóteles é tão importante dentro do processo.

1 - Dialética - “O silogismo dialético é aquele no qual se raciocina a partir de opinião geral” (Organon, Aristóteles, Tópicos, livro I, 100b18.) Para Aristóteles o raciocínio dialético pode ser feito através de um método pelo qual, se pode extrair premissas para os estudos científicos. Independentemente da origem das premissas, o que fica claro para Aristóteles é que para se fazer ciência, é necessário um tipo de conhecimento prévio que conduza ao raciocínio necessário. E esse conhecimento prévio não poderá ser um conhecimento científico, uma vez que para se fazer ciência, é necessário se trabalhar a demonstração, que por sua vez, só é válida se nos utilizarmos dos primeiros princípios, juntamente com proposições que obedeçam todos os requisitos mostrados no texto, porém tudo isso depende de um raciocínio pré-existente e esse é o raciocínio dialético.

2 - Silogismo - as premissas podem ser constituídas de várias maneiras, sendo que basicamente, como já dito, elas são verdades evidentes, o que resultaria em uma conclusão verdadeira. Porém as premissas também podem ser simples opiniões, o que torna difícil se chegar a uma conclusão de verdade evidente sobre o que foi proposto. São chamadas premissas dialéticas, que também podem dar uma possibilidade de cálculo, porém com uma conclusão apenas provável, uma vez que ela opera com a indução. Mas através de raciocínios dialéticos, pode-se chegar a uma definição para se montar um silogismo do qual se possa extrair uma conclusão verdadeira.

3 - Opiniões - a dialética parte de simples opiniões, mas não quer dizer que sejam quaisquer opiniões, essa ideia de simples opiniões, seria porque elas, não são um conhecimento científico, são opiniões de sábios e sustentadas por uma grande maioria. Com essas opiniões, levanta-se problemas e questões a respeito do que se quer conhecer, fazendo-se um jogo de oposições e utilizando-se da retórica para chegar a uma conclusão para posteriormente se fazer



uma proposição dialética. Para estabelecer um problema ou proposição, basicamente os enunciados devem ter um método que deve nos proporcionar apreender a quantidade e a natureza dos objetos e os fundamentos que se apoiam os argumentos, devendo necessariamente indicar ao menos um gênero, ou uma peculiaridade ou um acidente. No caso da peculiaridade, pode-se dividir em duas partes, sendo que a parte que indica a essência, é chamada definição e a outra parte, é a propriedade pertencente exclusivamente àquele objeto.

Aristóteles fala em dois métodos para a dialética o silogismo e a indução, esse seriam os dois tipos de argumentos usados na dialética. É necessário dizer que no raciocínio dialético, o silogismo não tem aquele mesmo rigor da demonstração, porém como sendo um raciocínio, que possui um objetivo de se chegar a algum tipo de verdade, é preciso que os primeiros princípios sejam sempre respeitados. Não é porque é uma dialética, que as regras de um raciocínio verdadeiro podem ser quebradas. O mesmo vale para a indução, que segundo Aristóteles é a melhor maneira de se chegar ao conhecimento de algo através da dialética. Para Aristóteles a indução é “*mais convincente e mais clara*” e utiliza-se dos sentidos, que é o meio mais rápido e mais comum método para se perceber as coisas. É pelos sentidos que primeiro apreendemos as coisas e o raciocínio sobre as coisas apreendidas vem depois. Sendo que quando se usa do silogismo, é necessária uma capacidade de raciocínio maior, uma vez que o silogismo já opera com mais rigor e sob a influência de cálculos mais complexos.

Basicamente, a dialética se utiliza do silogismo para se resolver questões mais complexas, mas a indução é o método mais utilizado quando se fala em dialética e se consiste, usando um resumo bastante simplificado, no raciocínio caracterizado pelo progresso dos particulares para os universais.

Ambos, silogismo e indução, são usados na dialética, isso se o objetivo for chegar a algum tipo de conhecimento verdadeiro. Separados ou não, ajudam a evitar que se chegue a um raciocínio falso sobre qualquer coisa e preparam com isso, as bases para a demonstração. Porém, entre silogismo e indução, apenas o silogismo pode ser uma demonstração, desde é claro, que se cumpra absolutamente todos os requisitos obrigatórios para se chegar ao conhecimento demonstrativo.

4 - avaliação

Perguntas:

1 – Qual é o método que Aristóteles utiliza para chegar ao conhecimento científico? Justifique a resposta.



- A () demonstraco
- B () silogismo
- C () 4 causas
- D () primeiros princípios

Resposta: espera-se que o aluno responda demonstraco e na justificativa use as outras opes para montar o texto.

Aula 8 e 9

1 - Resumo da Proposta de Aula

Leitura da primeira Meditao Metafísica de René Descartes, com uma breve apresentao e contextualizao.

Objetivo: considerando o tempo de aula e pela sistematicidade e complexidade das “Meditaes”, o texto e todos os desdobramentos possíveis dentro de uma interpretao rigorosa, deverá ser estudado e interpretado em seu caráter mais simples, ou seja, com apenas o objetivo de identificar o método cartesiano da dúvida e sem entrar nos méritos de seus maiores desdobramentos. Para tal, os objetivos iniciais de interpretao a serem trabalhados são:

§1 - a primeira meditao não estabelece novas verdades, apenas estabelece o seu objetivo que são os “novos fundamentos” e início da dúvida que ao final será hiperbólica. Ou seja, ela será sistemática e generalizada, consistirá, em tratar como falso o que é apenas duvidoso e tudo aquilo que alguma vez me enganou, será tratado como sempre enganador

§2 – o princípio de dúvida.

§3 – princípio do erro dos sentidos. Argumento do erro do sentido, primeiro grau da dúvida. É insuficiente para nos fazer duvidar sistematicamente de nossas percepes sensíveis. Mas esse argumento do erro do sentido, que  o primeiro grau da dúvida, é insuficiente para nos fazer duvidar sistematicamente de nossas percepes sensíveis.

§ 4 - Preparaco para o argumento do sonho, com a insuficiência do erro dos sentidos.

§ 5 - Aqui comea o argumento do sonho, segundo grau da dúvida, que irá estendê-la a todo conhecimento sensível, ou pelo menos a seu conteúdo.

§ 6 -7 e 8 - O segundo argumento encontra, pois, o seu limite: ele não me permite pôr em dúvida os componentes das naturezas simples, indecomponíveis (figura, quantidade, espao, tempo), que são os objetos da Matemática. Tais elementos escapam aos objetos sensíveis e a todas as razões naturais de duvidar desses objetos.



2 – Material a ser usado

Slides do texto.

3 – Metodologia

Aula de interpretação de texto filosófico.

- Apresentação do filósofo e contextualização.

- Leitura do texto junto com os alunos, com o objetivo de familiarizar os alunos, com a leitura e interpretação de textos filosóficos.

- Texto: “*MEDITAÇÃO PRIMEIRA*” – “*Das coisas que se podem colocar em dúvida.*”
Parágrafos 1 ao 8.

Texto de Apresentação

Descartes

René Descartes (31 de março de 1596 – Estocolmo, 11 de fevereiro de 1650) foi um filósofo, físico e matemático francês. Notabilizou-se sobretudo por seu trabalho revolucionário na filosofia e na ciência, mas também obteve reconhecimento matemático por sugerir a fusão da álgebra com a geometria - fato que gerou a geometria analítica e o sistema de coordenadas que hoje leva o seu nome. Por fim, foi também uma das figuras-chave na Revolução Científica. Descartes, por vezes chamado de "o fundador da filosofia moderna" e o "pai da matemática moderna", é considerado um dos pensadores mais importantes e influentes da história do pensamento ocidental. Inspirou contemporâneos e várias gerações de filósofos posteriores; boa parte da filosofia escrita a partir de então foi uma reação às suas obras ou a autores supostamente influenciados por ele. Muitos especialistas afirmam que, a partir de Descartes, inaugurou-se o racionalismo da Idade Moderna

Durante séculos a filosofia aristotélica foi considerada a base para a ciência, mas com Descartes, a filosofia ganha uma nova etapa, se desprendendo de Aristóteles e se reconstruindo. Para essa reconstrução tudo que era considerado base para a ciência deveria ser colocado a prova. Para Descartes, os princípios que sustentavam a ciência até então, eram frágeis e não traziam a certeza e a clareza necessárias para se chegar a um conhecimento verdadeiro.

Assim, para Descartes o fundamento do conhecimento deveria ser seguro e metafísico, baseando-se em princípios inabaláveis que vão dar os subsídios para se chegar ao verdadeiro conhecimento.

4 - Avaliação



Perguntas:

- 1 - Quais os motivos levaram Descartes a duvidar dos sentidos?
- 2 – Dê exemplos de objetos que Descartes não pode pôr em dúvida.

Aula 10

1 - Resumo da Proposta de Aula

Roda de conversa, com apresentação de dois trechos de textos de Bergson e Kant, porém, saliento que o objetivo não é apresentar a tese da intuição de Bergson, nem a Crítica kantiana, mas estimular os alunos a refletirem sobre o que acharam da disciplina até o momento.

Texto 1 – Para aprender a filosofar é preciso exercitar o talento da razão. É preciso também estudar os grandes filósofos e exercer o direito de refletir por si próprio.

Texto 2 - A discussão girará em torno da análise. Sendo que esse conhecimento por análise depende do observador. É um conhecimento relativo, feito por análise e é traduzido em símbolos.

O objetivo principal será de construir um pequeno texto sobre o que eles achavam da filosofia antes do início da disciplina e o que pensam até o momento sobre o estudo da filosofia.

Com isso, espero subsidiar as próximas aulas, com o “feedback” recebido.

2 – Material a ser usado

Slides dos dois textos.

3 – Metodologia

Texto 1

“Não é possível aprender qualquer filosofia; ... só é possível aprender a filosofar, ou seja, exercer o talento da razão, fazendo-a seguir os seus princípios universais em certas tentativas filosóficas já existentes, mas sempre reservando a razão o direito de investigar aqueles princípios até mesmo em suas fontes, confirmando-os ou rejeitando-os.” (Immanuel Kant, Crítica da Razão Pura)

Texto 2

“Analisar consiste portanto em exprimir uma coisa em função daquilo que não é ela. Toda análise é assim uma tradução, um desenvolvimento em símbolos, uma representação tomada de pontos de vistas sucessivos a partir dos quais anotamos a cada vez um novo contato



entre o objeto novo, que estudamos, e outros, que acreditamos já conhecer. Em seu desejo eternamente insaciado de abarcar o objeto que ela está condenada a rodear, a análise multiplica incessantemente os pontos de vista para completar a representação sempre incompleta, varia sem descanso os símbolos para perfazer a tradução sempre imperfeita. Prolonga-se portanto ao infinito.” (Henri Bergson, O pensamento e o Movente)

4 – Avaliação

Fazer uma redação sobre a filosofia, com base no que sabiam de filosofia e o que conheceram até aqui.